

Recheio, SGPS, S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2003 e 2002

(com o respectivo Relatório dos Auditores)

Índice

Relatório Consolidado de Gestão

1. Enquadramento Macro-Económico	Pág. 3
1.1 Economia Mundial	Pág. 3
1.2 Portugal	Pág. 3
1.3 Polónia	Pág. 4
2. Enquadramento Sectorial	Pág. 4
2.1 Mercado Internacional de Distribuição Alimentar	Pág. 4
2.2 Mercado Grossista Alimentar – Portugal	Pág. 4
2.3 Mercado Retalho Alimentar - Polónia	Pág. 5
3. Síntese da Actividade Consolidada do Grupo	Pág. 6
3.1 Vendas Consolidadas	Pág. 6
3.2 Resultados Operacionais	Pág. 7
3.3 Dívida Financeira	Pág. 8
3.4 Resultados Líquidos e Cash Flow	Pág. 9
4. Evolução da Actividade Operacional	Pág. 9
4.1 Distribuição Alimentar Portugal	Pág. 9
4.2 Distribuição Alimentar Polónia	Pág. 10
5. Gestão Ambiental	Pág. 12
5.1 Política Ambiental do Grupo	Pág. 12
5.2 Principais Impactos Ambientais	Pág. 12
5.3 Programas de Gestão Ambiental	Pág. 12
6. Factos Relevantes do Ano	Pág. 15
7. Perspectivas 2004	Pág. 16
8. Factos Subsequentes	Pág. 16
9. Proposta de Aplicação de Resultados	Pág. 16

Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão	Pág. 17
---	----------------

- Informação sobre Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Empresa Pág. 17
- Lista dos Accionistas que, em 31 de Dezembro de 2003, eram titulares de Acções ao portador representativas de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do Capital da empresa Pág. 17

Demonstrações Financeiras Consolidadas	Pág. 18
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	Pág. 19
2. Relatórios de Auditoria	Pág. 51

Relatório Consolidado de Gestão

1. Enquadramento Macro-Económico

1.1. Economia Mundial

O início de 2003, à semelhança do final do ano de 2002, ficou marcado por um abrandamento económico global, com particular incidência nos principais países industrializados. As incertezas decorrentes de um cenário de pré-guerra provocaram a estagnação ao nível da produção e um abrandamento no comércio mundial. As condições dos mercados de trabalho permaneceram negativas, assim como os principais indicadores de confiança dos agentes económicos. Os mercados accionistas registaram fortes quedas até Março, reflectindo os riscos e as incertezas do contexto geopolítico e do ritmo da actividade económica. Durante este período, o US Dólar manteve a sua evolução negativa, em particular face ao Euro. O preço do petróleo registou uma subida significativa, atingindo os US\$34 por barril, fruto quer da guerra no Iraque quer da crise política na Venezuela. Este período ficou ainda negativamente marcado pela epidemia de SARS que assolou especialmente o continente Asiático.

Contudo, a partir do final do primeiro trimestre, com a aproximação do fim da guerra, assistiu-se a uma inflexão das tendências e ao início da recuperação das principais bolsas e da moeda norte-americana. Os indicadores económicos prospectivos começaram também a assinalar uma mudança nas expectativas dos agentes. O preço do petróleo recuou. Ainda assim, os indicadores de actividade acumulados até ao final do primeiro semestre foram, na generalidade das economias, fracos. Durante este período, as condições monetárias tornaram-se ainda mais acomodativas, com cortes nas taxas de juro directoras nos EUA, Zona Euro e Inglaterra, entre outros mercados. Nos EUA, perante riscos de deflação e num cenário de expectativas de manutenção das condições monetárias extraordinárias por um período de tempo alargado, as taxas de juro de longo prazo desceram a níveis historicamente tão significativos quanto os das próprias taxas directoras, registando, em meados de Junho, mínimos dos últimos 40 anos. Nas restantes economias assistiu-se também a idêntico movimento nos respectivos mercados obrigacionistas.

Até ao final do ano, a recuperação económica ganhou contornos mais evidentes para além dos indicadores de expectativas. As taxas de juro de longo prazo, em particular nos EUA, subiram novamente, os mercados accionistas iniciaram aquilo que alguns especulam ser um novo *bull market*, ao mesmo tempo que os mercados de crédito começaram a reflectir favoravelmente as medidas de reestruturação dos balanços das empresas. O US Dólar retomou a sua tendência depreciativa, uma vez mais com especial ênfase face ao Euro, traduzindo especificamente, nesta fase, a reduzida atractividade dos investimentos em taxa fixa e as preocupações dos investidores internacionais face aos elevados défices orçamentais e da conta corrente norte-americanos. O petróleo subiu novamente para os US\$30 por barril, em resultado das dificuldades de estabilização da actividade no Iraque, por um lado, e das crises na Venezuela e na Nigéria, por outro. Com o nível de estímulo introduzido, quer através das taxas de juro, quer dos cortes de impostos, a economia dos EUA registou um terceiro trimestre extraordinário, num clima de estabilidade de preços, preparando-se para assumir, uma vez mais, o papel de motor do crescimento mundial, ainda que sujeita a múltiplos riscos (elevado nível de endividamento das famílias, défice externo, *off-shoring* de empregos, etc.). O grande dinamizador da economia continuou a ser o consumo privado, para cuja recuperação dos índices de confiança contribuiu, já no último trimestre do ano, a estabilização do mercado de trabalho.

Na Zona Euro, contudo, os sinais são bastante menos encorajadores, sobretudo devido à fraqueza da procura interna e à apreciação do Euro, que registou, face ao US Dólar, uma valorização superior a 20%, encerrando o ano acima de 1,26. As principais economias da região enfrentam dificuldades, uma vez que, pressionadas por problemas conjunturais, estruturais e pelas imposições do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), a sua capacidade de relançamento é reduzida. A Alemanha, em particular, deverá registar um crescimento nulo, depois da recessão técnica verificada nos dois primeiros trimestres do ano. O incumprimento do PEC pela Alemanha e a França, no ano em análise e até 2005, continua a merecer realce, condicionando um crescimento mais forte na Zona Euro.

A China esteve novamente em destaque, mantendo uma performance económica bastante robusta, com um crescimento do produto superior a 7% num contexto de crescimento mundial na ordem dos 3%. Por sua vez, o comércio mundial terá registado uma evolução semelhante, na ordem dos 3%.

1.2. Portugal

Em 2003, a actividade económica deverá ter-se retraído cerca de 1%, reflectindo, por um lado, a continuada evolução negativa da procura doméstica e em particular do investimento (em consequência da queda prevista para o investimento público), e, por outro lado, a fraqueza dos mercados externos. A taxa de desemprego cresceu significativamente e o nível de endividamento das empresas e dos particulares continuaram elevados. A inflação recuou para valores próximos dos 3%, mantendo-se, ainda assim, distante dos níveis dos parceiros europeus, cuja média se situou nos 2%. A recessão criou fortes dificuldades ao processo de redução da despesa pública e em especial à concretização do objectivo de consolidação orçamental. Em 2003, e por forma a atingir um défice marginalmente inferior a 3%, o Governo recorreu novamente a receitas pontuais, que representaram, segundo a Comissão Europeia, mais de 2% do PIB. Pela positiva, merecem destaque as exportações.

1.3. Polónia

A forte depreciação do Zloty face ao Euro (cerca de 14,5%) potenciou a competitividade do sector exportador polaco, contribuindo decisivamente para que, em 2003, o produto polaco se tenha expandido em mais de 3%. A procura interna teve também um desempenho bastante positivo, ainda mais significativo quando o mercado de trabalho continua a registar níveis de desemprego acima de 17%. A economia local continuou a beneficiar de sucessivos cortes nas taxas de juro directoras, que, no entanto, e perante um cenário de inflação anual próxima de 1%, permanecem, em termos reais, bastante elevadas. As contas públicas polacas continuaram a evoluir de forma negativa, exercendo uma forte pressão sobre a dívida soberana, divergindo dos critérios de adesão à UE e colocando entraves a uma política monetária mais expansionista.

2. Enquadramento Sectorial

2.1. Mercado Internacional de Distribuição Alimentar¹

Em 2003, o consumo privado mundial medido em Euros deverá ter crescido 2,6%, em resultado das dificuldades económicas que se fizeram sentir por todo o Mundo. Grande parte do crescimento foi oriundo das economias emergentes – Europa Central e de Leste e Ásia, que foram, contudo, algo afectadas pelo efeito de variações de taxas cambiais.

Na Europa, os retalhistas confrontaram-se com enormes pressões sobre o preço. A introdução do Euro, em 2002, entusiasmara as cadeias de *Discount* a baixarem ainda mais os preços, tendo-se sentido um efeito generalizado por toda a Europa, que não passou despercebido aos clientes.

À semelhança do que acontecera em 2002, a batalha pela manutenção dos índices de rentabilidade, a par das pressões sobre o preço para retenção dos clientes, só foi possível com um rigoroso foco operacional na obtenção de ganhos de eficiência, deixando para segundo plano o desenvolvimento de novas geografias e novas áreas de negócio.

No entanto, o sector da Distribuição Alimentar continua a apresentar indícios de concentração a nível nacional, regional e global, sendo um processo que está, sem dúvida, ainda em curso.

Os processos de concentração tendem a ser mais rápidos na Europa Central, na Ásia e na América Latina. Na Europa Ocidental, os países que apresentam maiores oportunidades para a concentração serão a Grécia, a Itália, Espanha e Portugal. Na Europa de Leste, mercados como a Polónia, a Hungria e a República Checa estão praticamente saturados e a concentração será o passo lógico.

Crescentemente confrontadas com mercados domésticos maduros e com limitadas hipóteses de consolidação, as grandes empresas de retalho alimentar partem à procura de oportunidades de expansão além fronteiras. Por sua vez, os retalhistas locais nos mercados visados desenvolvem processos defensivos de consolidação através de fusões e de alianças em centrais de compras.

Dir-se-ia que o limite à concentração do sector está correlacionado com o grau de competitividade das empresas. No entanto, os Governos, nomeadamente Europeus e dos Estados Unidos, começam a intervir para garantir a preservação da concorrência ao nível local e nacional. É disso exemplo o caso do Reino Unido, onde as autoridades não permitiram que nenhum dos três maiores retalhistas pudesse aceder à compra do Safeway como forma de garantir a manutenção da concorrência saudável no sector de retalho alimentar inglês.

2.2. Mercado Grossista Alimentar - Portugal

O mercado grossista engloba os profissionais de comércio alimentar dos canais de retalho tradicional e de indústria hoteleira e apresenta um elevado índice de fragmentação, estando assente em inúmeros operadores locais e regionais, cerca de 85 Companhias e 180 pontos de venda, mas onde apenas 5 cadeias representam 70% do total de vendas.

Segundo estimativas internas, em 2003, este mercado deverá ter registado um valor de vendas de 2,6 mil milhões de Euros².

Ambos os canais são constituídos maioritariamente por empresas de pequena dimensão, de gestão familiar e/ou individual. O retalho tradicional é formado por supermercados pequenos, não pertencentes a cadeias, livre-serviços e mercearias. A indústria hoteleira é composta por cafés, snack-bares, restaurantes, hotéis, bares, restauração colectiva e empresas de *catering*.

Durante o ano de 2003, o retalho tradicional registou, em Portugal continental, um valor de compras de cerca de 1,3 mil milhões de Euros e 23.000 pontos de venda³, que correspondem a um decréscimo de, respectivamente, 0,5% e 3,3% face a 2002, tendo, no entanto, registado um acréscimo de compra média por ponto de venda de 2,9%.

Embora se trate de um canal em amadurecimento, é de realçar que, nos últimos anos, se tem verificado alguma tendência de estabilização. Note-se que as perdas acentuadas ocorreram essencialmente a nível de pontos de venda, uma vez que a compra média por ponto de venda tem vindo a crescer continuamente.

¹ Fonte: M&M Planet Retail

² Estimativas calculadas com base em dados Nielsen, Gira-Sic, Uniarme, dados internos e *trade press*.

³ *Idem*.

Este facto permite concluir estar-se perante um canal que continua a ser atraente, mas que foi obrigado, pela expansão do retalho moderno, a sofrer um processo de reestruturação e de adaptação em que só os mais fortes ou os mais bem apetrechados sobreviveram.

Ao contrário do retalho tradicional, o canal de indústria hoteleira tem registado crescimentos sucessivos. Em 2003 era constituído por aproximadamente 80.000 pontos de venda e apresentava um valor de compras de 4,8 mil milhões de Euros¹ (+6,7% e 5,5%, respectivamente, face ao ano anterior).

Trata-se de um canal de elevada dimensão e onde o nível de penetração dos *cash & carry's* é ainda bastante diminuto. De acordo com estimativas internas, apenas 32,9% das compras se realizam no canal *Cash & Carry*.

2.3. Mercado Retalho Alimentar - Polónia

O mercado de retalho alimentar continuou a registar um elevado número de aberturas de lojas nos diversos formatos, verificando-se paralelamente alguns movimentos transversais de reestruturação e consolidação geradores de um contínuo aumento da pressão concorrencial.

No formato Hipermercado continuou a assistir-se a movimentos de consolidação, tendo a aquisição por parte do Carrefour de alguns hipermercados Hypernova da cadeia Ahold sido um dos exemplos de maior relevo. Abriram mais 31 hipermercados, fixando-se o seu número em 186 lojas, no final do ano.

No formato Supermercados assistiu-se à abertura de 38 lojas, elevando para 550 o número destas unidades no mercado. Todas as Insígnias mantiveram o seu ritmo de crescimento gradual, tendo-se, no entanto, assistido a alguns movimentos de reestruturação neste formato (o desaparecimento da cadeia Rema 1000 foi um dos factos mais relevantes).

O segmento de lojas alimentares tipo *Discount*, com a abertura de 132 novas unidades, foi o que apresentou um maior dinamismo e crescimento tendo atingido 1.276 lojas no final do ano.

As mudanças que ocorreram no sector comprovam a elevada pressão concorrencial existente no mercado de retalho alimentar. Com a excepção da Wal Mart, os principais operadores de distribuição alimentar estão presentes no mercado polaco. Todas as cadeias procuram, de uma forma agressiva, o reforço da sua quota de mercado, levando a que a Polónia continue a ser o mercado mais concorrencial de toda a Europa Central.

¹ Estimativas calculadas com base em dados Nielsen, Gira-Sic, Uniarme, dados internos e *trade press*.

3. Síntese da Actividade Consolidada do Grupo

3.1. Vendas Consolidadas

As vendas consolidadas do Grupo atingiram os 1,6 mil milhões de Euros, o que, excluindo os negócios alienados, representa um crescimento de 2,6% face ao ano de 2002.

Este crescimento revela-se notável se considerarmos que o ambiente competitivo em Portugal se acentuou de forma considerável no segundo semestre do ano e que a excelente performance de vendas da Polónia não se reflectiu nas vendas consolidadas devido à desvalorização média de 12% da moeda polaca.

A cadeia de *Cash & Carry* Recheio, contrariando o ambiente macro-económico, apresentou um forte crescimento das vendas de 4,7%, confirmando o sucesso da estratégia da Insígnia de aposta na inovação e qualidade como resposta às exigências dos seus clientes.

Esta performance do *Cash & Carry* corrobora, definitivamente, a eficácia da estratégia de segmentação delineada pelo Recheio, com uma forte aposta no canal HoReCa.

Na Polónia, o profundo conhecimento de como operar no mercado permitiu à Biedronka desenvolver um trabalho fundamental de consolidação do sortido, através da optimização permanente de marcas exclusivas *versus* marcas da indústria, coordenada com um *mix* de preços adequado ao comportamento do consumo.

A liderança no mercado de retalho alimentar polaco foi consolidada, não só através do crescimento *like-for-like* das vendas, mas também pela evolução do parque de lojas, que aumentou em 34 unidades relativamente a 2002.

Como marco desta expansão merece destaque o reforço da posição da cadeia em Varsóvia, com mais 10 lojas numa região onde a densidade populacional e o potencial do consumo são superiores à média do país.

NÚMEROS CHAVE DA DISTRIBUIÇÃO

€' 000

Área de Negócio	Vendas		EBITDA (%)		Marcas	Lojas		Área de Vendas		Vendas/ m2 ponderados*		LFL Δ % *	
	2003	2002	2003	2002		2003	2002	2003	2002	2003	2002	03/02	02/01
Cash & carry	595,205	568,264	7.5	6.5	Recheio	31	32	104,524	104,854	5.7	5.4	4.8%	3.4%
Madeira	98,057	95,978	7.8	9.7	Pingo Doce Recheio	13 2	13 2	8,085 3,378	8,085 3,378	8.6 8.6	8.5 8.3	0.7% -0.5%	0.3% 2.6%
Poland	970,352	1,284,996	4.2	2.3	Biedronka	672	638	317,942	298,080	13.4	12.0	11.7%	17.1%

* Em moeda local

Nota: Foi efectuada uma correcção na área de vendas da Biedronka e do Recheio na Madeira, para 2002

3.2. Resultados Operacionais

O resultado operacional registou um aumento muito significativo em relação a 2002.

A excelente performance operacional, excluindo os negócios alienados, espelha a capacidade competitiva dos negócios, em especial do Cash & Carry, ao responder com firmeza ao agravar do ambiente competitivo e macro-económico.

RESULTADOS OPERACIONAIS COMPARÁVEIS *					
<i>Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2003</i>					
	2003		2002		Δ % 03/02
	Mil. Eur	% Vendas	Mil. Eur	% Vendas	
Vendas Consolidadas	1,581,308		1,540,623		2.6%
Margem	268,481	17.0%	265,213	17.2%	1.2%
Descontos financeiros	12,425	0.8%	11,902	0.8%	4.4%
Custos com meios de pagamento	-391	0.0%	-590	0.0%	-33.7%
Custos operacionais	-188,630	-11.9%	-200,711	-13.0%	-6.0%
Provisões	-2,309	-0.1%	-1,273	-0.1%	81.4%
Cash flow operacional (EBITDA)	89,576	5.7%	74,541	4.8%	20.2%
Amortizações	-39,115	-2.5%	-43,177	-2.8%	-9.4%
Res oper. excl. amort. de goodwill (EBITA)	50,462	3.2%	31,364	2.0%	60.9%
Amortização de goodwill	-15,281	-1.0%	-16,045	-1.0%	-4.8%
Resultado operacional (EBIT)	35,180	2.2%	15,319	1.0%	129.7%
* excluindo Jumbo e Eurocash.					

No Recheio, a evolução de 1 ponto percentual da margem EBITDA resulta de um cuidado desempenho da área de negócio, ajudado por uma diminuição dos custos de serviços prestados pela *Holding*.

Na Madeira, a evolução da margem EBITDA decorre das medidas implementadas para aumentar a competitividade das lojas nesta Região Autónoma e para reorganizar processos internos, nomeadamente ao nível logístico.

Na Polónia, a Biedronka apresentou uma subida de 0,8 pontos percentuais da sua margem de cash flow operacional que atingiu 4,4% das vendas. Este aumento da rentabilidade das operações, combinado com o crescimento de vendas, é resultado de uma forte posição de mercado, alicerçada num profundo conhecimento do mesmo.

O desempenho da Biedronka contribuiu em muito para o fortalecimento da capacidade geradora de cash flow operacional do Grupo. No entanto, e devido à já mencionada desvalorização do Zloty, este crescimento acabou por não aparecer reflectido nas contas consolidadas do Grupo.

3.3. Dívida Financeira

Em Setembro de 2003, venceu-se a emissão obrigacionista Recheio/98-2ª série (10 milhões de obrigações) no valor de 49.880 milhões de euros.

DÍVIDA FINANCEIRA	2,003 Mil. Eur	2,002 Mil. Eur	Δ %
Empréstimos Obrig. Não Convertíveis	99,760	149,640	-33.3%
Médio/Longo Prazo EUR	150,000	150,000	0.0%
Curto prazo - EUR	37,988	53,580	-29.1%
Operações de cobertura	-11,589	65	n.a.
Dívida financeira	276,159	353,285	-21.8%
Leasings e Juros em Dívida	8,942	9,317	-4.0%
Leasings	9,606	7,678	25.1%
Juros em dívida	-665	1,639	-140.6%
Títulos negociáveis e depósitos bancários	-75,889	-69,646	9.0%
Dívida Líquida	209,211	292,957	-28.6%

3.4. Resultados Líquidos e Cash Flow

O resultado líquido atribuível a Recheio SGPS, S.A. atingiu 8.9 milhões de Euros, uma subida de 115,7% em relação a 2002.

RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS					
<i>Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2003</i>					
	2003		2002		Δ % 03/02
	Mil. Eur	% Vendas	Mil. Eur	% Vendas	
Vendas Consolidadas	1,626,402		1,900,948		-14.4%
Margem	272,733	16.8%	302,305	15.9%	-9.8%
Descontos financeiros	12,425	0.8%	11,902	0.6%	4.4%
Custos com meios de pagamento	-391	0.0%	-590	0.0%	-33.7%
Custos operacionais	-193,630	-11.9%	-241,174	-12.7%	-19.7%
Provisões	-2,357	-0.1%	-1,304	-0.1%	80.8%
Cash flow operacional (EBITDA)	88,780	5.5%	71,139	3.7%	24.8%
Amortizações	-40,108	-2.5%	-50,430	-2.7%	-20.5%
Res. Oper. excl. amort. de goodwill (EBITA)	48,672	3.0%	20,709	1.1%	135.0%
Amortização de goodwill	-15,406	-0.9%	-17,216	-0.9%	-10.5%
Resultado operacional (EBIT)	33,266	2.0%	3,493	0.2%	852.4%
Resultados financeiros	-19,438	-1.2%	-40,637	-2.1%	52.2%
Itens não recorrentes	-4,466	-0.3%	-32,690	-1.7%	
Itens operacionais não recorrentes	3,419	0.2%	-79	0.0%	
Ganhos/Perdas em alienações	-557	0.0%	-35,377	-1.9%	
Itens financeiros não recorrentes	-7,328	-0.5%	2,766	0.1%	
Resultados correntes	9,362	0.6%	-69,834	-3.7%	113.4%
Imposto sobre o rendimento	-995	-0.1%	-473	0.0%	110.3%
Impostos diferidos	1,965	0.1%	15,315	0.8%	-87.2%
Resultado líquido	10,332	0.6%	-54,992	-2.9%	118.8%
Interesses minoritários	-1,381	-0.1%	-2,137	-0.1%	-35.4%
Resultado líquido atr. a Recheio SGPS,S.A.	8,951	0.6%	-57,129	-3.0%	115.7%
<i>Resultado Líquido por acção (Euro)</i>	<i>0.30</i>		<i>-1.90</i>		<i>115.7%</i>
<i>Cash Flow por acção (Euro)</i>	<i>2.36</i>		<i>1.04</i>		<i>125.7%</i>

4. Evolução da Actividade Operacional

4.1. Distribuição Alimentar – Portugal

Recheio Cash & Carry

Da nossa Missão...

“O nosso objectivo é responder a todas as necessidades dos clientes de retalho tradicional e do canal HoReCa. Damos aos nossos clientes *“value for money”* e por isso acreditamos em relações de longo prazo, oferecendo a cada segmento o valor mais adequado às suas necessidades. Os nossos colaboradores, a sua motivação, competência e dedicação são o melhor instrumento de construção daquelas relações, seja com clientes, seja com fornecedores. O foco de todos no cliente e na eficiência da empresa são a melhor garantia de rentabilidade e retorno ao investimento dos nossos Accionistas.”

Jorge Santos Dias Director Geral

No ano em que completou 30 anos de existência – sendo a cadeia de Distribuição Grossista que opera há mais tempo em Portugal – e num ano particularmente difícil como foi o de 2003, profundamente marcado pela diminuição do consumo privado, o Recheio conseguiu apresentar os melhores resultados de sempre.

Em 2003, o Recheio atingiu um volume de vendas de 595 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 4,7% face a 2002, tendo o número de clientes e a compra média aumentado 1,3% e 3,8%, respectivamente.

De realçar que este crescimento foi obtido com um parque de lojas idêntico ao do ano anterior, facto que reforça a excelente performance da Companhia. Apenas a loja de Leiria sofreu uma mudança de localização e, naturalmente, beneficiou de novas instalações, o que fez aumentar as suas vendas em 22%.

Analisando especificamente cada um dos canais de negócio, verifica-se que:

- O canal de Retalho registou um crescimento de 3,5% face a 2002, tendo o Recheio reforçado a sua posição de liderança no mesmo. Esta performance resulta, sobretudo, do reconhecimento por parte dos clientes do papel que o Recheio, enquanto cadeia de distribuição grossista, tem vindo a desempenhar ao longo dos últimos 30 anos na defesa do pequeno comércio.
- O canal de Indústria Hoteleira, o mais atingido pela crise que se viveu ao longo de todo o ano de 2003, registou um crescimento de 6,4% face ao ano anterior. Este crescimento, numa conjuntura particularmente difícil, reflecte o sucesso da estratégia adoptada pelo Recheio para o canal HoReCa e que se traduz na oferta de uma proposta de valor adaptada às necessidades dos diferentes segmentos da Indústria Hoteleira. O sortido adequado e o nível de serviço acima de qualquer outro operador têm contribuído decisivamente para o aumento da penetração neste canal de negócio.

Ainda no canal de Indústria Hoteleira, é de destacar a performance de vendas da plataforma de *Food Service* MasterChef, que registou um crescimento de 30%. O conceito de *full service* representa uma proposta inovadora e, como tal, tem elevado potencial para captar e fidelizar clientes.

A contínua melhoria dos níveis de eficiência operacional, quer ao nível da loja, quer ao nível central, permitiu reforçar a agressividade da estratégia de preço implementada (*Every-Day-Low-Price*), o que, por sua vez, contribuiu para o crescimento das vendas, acabando por se traduzir num ano excepcional em termos de resultados.

O *cash flow* operacional (EBITDA) atingiu, em 2003, o valor de 45 milhões de Euros, representando 7,5% das vendas e um crescimento de 21,4% quando comparado com o ano anterior.

Esta performance acabou igualmente por se reflectir de forma positiva sobre os níveis de liquidez da Companhia, que viu o seu endividamento diminuir em cerca de 22,3 milhões de Euros face ao ano anterior.

Em 2004, o Recheio pretende continuar a desenvolver o negócio de *Food Service* tendo planeado para o 1º semestre a abertura de uma nova plataforma de distribuição na região de Lisboa.

Madeira

José António Nogueira de Brito Director Geral

Na Madeira, o ano de 2003 fica marcado pelo reposicionamento de preço da Insígnia Pingo Doce, em linha com o processo iniciado em 2002 no Continente. Em Maio, foi introduzido o conceito “Seleccção Pingo Doce”, baixando os preços de cerca de 1.000 referências de uma forma permanente e sustentada para garantir um posicionamento competitivo. O objectivo desta importante medida foi o aumento da venda média, fazendo com que cada vez mais clientes façam das lojas Pingo Doce o seu estabelecimento principal de compras. À semelhança do que aconteceu no Continente, o esforço de redução de preço fez-se sentir sobretudo nas categorias de produtos não-perecíveis (*branded products*, com destaque para a Drogeria e Higiene Pessoal).

Reduziu-se também a intensidade promocional na área dos Frescos, de modo a focar toda a Empresa e também os clientes no novo posicionamento competitivo e estável da Insígnia.

O ano terminou com um ligeiro crescimento nas vendas, de 0,7% em *like-for-like*, e de 3% no total Pingo Doce, fruto da abertura da loja de Câmara de Lobos em Novembro de 2002 (cujo impacto se fez sentir em 2003). No último dia do ano, foram ainda fechadas duas lojas (Santo Amaro e Caniço) que serão transferidas para novas localizações, e remodelou-se a loja "Hiper".

No Recheio Madeira, o crescimento das vendas foi de 0,2%, sendo de destacar a transferência de investimento publicitário para investimento em preço, num negócio que se assume definitivamente como *Every-Day-Low-Price* e onde as vendas da distribuição (vendedores no terreno e tele-vendas) representam cerca de 50%.

Em 2003, iniciou-se um programa de racionalização de sortido na Madeira, para redução de complexidade e optimização do espaço de prateleira, acompanhado de medidas para elevar o padrão de qualidade e de inovação do sortido, em particular na área dos Perecíveis e da Marca Própria, recorrendo ao reaprovisionamento em *Just-In-Time* (JIT) e ao transporte por avião.

Decisivo para a qualidade da operação revelou-se já o novo sistema de avaliação dos Gerentes através das pontuações obtidas nos relatórios de visita do Controlo da Qualidade, bem como o novo programa de "cliente mistério".

A reestruturação logística, concluída no início de 2003, veio trazer melhorias assinaláveis na qualidade das entregas às lojas Pingo Doce Madeira e aos clientes do Recheio Madeira.

Ao nível do *working capital* verificou-se em 2003 uma melhoria significativa, com uma redução de cerca de 4 milhões de Euros. Esta performance deveu-se ao esforço continuado de redução de *stocks*, só possível no âmbito da racionalização de sortido iniciada em 2003 e da alteração de métodos de reaprovisionamento das lojas, com uma maior utilização das ferramentas disponíveis em SAP.

Em 2004, pretende-se consolidar a presença do Pingo Doce Madeira com a abertura de uma nova loja que será a segunda maior loja da Insígnia em área de venda. Pretende-se ainda estabilizar a nova política de preço competitivo e continuar a desenvolver acções para o aumento da eficiência operacional.

4.2. Distribuição Alimentar – Polónia

Biedronka

Da nossa missão...

"Biedronka é a cadeia de lojas alimentares que oferece um sortido limitado de produtos cuidadosamente seleccionados com grande qualidade, para as necessidades diárias, a um preço baixo todos os dias, focada na satisfação dos seus clientes. Todos os nossos colaboradores devem garantir que a companhia opera com grande eficiência e custos baixos."

Pedro Silva

Director Geral

Em 2003, a Biedronka manteve-se focada no crescimento contínuo e sustentado das vendas, garantido pelo aumento permanente de eficiência em todas as áreas do negócio e pelo reforço da posição de liderança na oferta do preço mais baixo, por forma a garantir aos seus clientes a confiança de comprarem "qualidade a preço baixo todos os dias".

O mercado de retalho alimentar continuou a registar um elevado número de aberturas de lojas nos diversos formatos, provocando um aumento considerável na pressão concorrencial. O elevado nível competitivo, a par do reduzido dinamismo económico verificado, resultou numa forte pressão sobre os preços de venda, assistindo-se a um fenómeno de deflação na generalidade das categorias de produtos alimentares.

Embora o cenário conjuntural tenha sido pouco favorável, a Biedronka manteve a sua dinâmica de crescimento e terminou o ano com 38 lojas novas e 62 lojas remodeladas. O seu parque de lojas no final do ano contava com 672 unidades.

As vendas cresceram 14% no total e 11,7% no mesmo parque de lojas (*like-for-like*). O crescimento das vendas resultou do crescimento do aparelho físico e do aumento da frequência de visitas às lojas em 16,2%. Em 2003, a Biedronka registou um total de 284 milhões de clientes, tendo reforçado a sua notoriedade e a sua posição de liderança no mercado alimentar polaco.

Evolução das vendas e serviços prestados pela Biedronka (milhões PLN):

2000 - 2.237,470
2001 - 2.946,244
2002 - 3.561,799
2003 - 4.061,889

O esforço contínuo de optimização e racionalização do sortido e o reforço da posição de liderança na oferta do preço mais baixo todos os dias foram factores críticos no crescimento das vendas e do número de clientes.

Ao nível do sortido, manteve-se o desenvolvimento da gama de marcas exclusivas, tendo-se lançado 68 novas referências e relançado 123 referências, num esforço de constante actualização tecnológica. Deu-se, ainda, um enfoque especial e contínuo ao desenvolvimento de soluções inovadoras de embalagem, que permitem a optimização do *merchandising* e uma maior eficiência nos métodos de reaprovisionamento em toda a cadeia.

Foi também dado particular ênfase ao desenvolvimento das categorias de Perecíveis, a que esteve associado um programa específico de investimento na loja com o objectivo de aumentar as áreas de exposição destas categorias e melhorar substancialmente o seu *merchandising*.

Reformulou-se o conceito das campanhas *In&Out* em Não-Alimentar no sentido de oferecer um menor número de produtos por semana, o que permitiu melhorar a sua exposição, fortalecer o conceito de atractividade e geração de tráfego e aumentar substancialmente os níveis de rotação.

Na operação de loja, desenvolveu-se um conjunto de acções que permitiu o aumento de eficiência, tendo sempre como principal objectivo a melhoria contínua do serviço aos clientes.

A estabilização do sortido, a melhoria do *layout* de loja e o novo método de reaprovisionamento (estritamente ligado à operação dos Centros de Distribuição em conjugação com a redefinição de alguns processos administrativos e de controlo operacional) conduziram a uma redução de 0,5 p.p. na quebra de inventário face ao ano anterior, tendo as vendas aumentado 14% e os custos operacionais de loja crescido apenas 10,2%.

Na Logística, foram também implementadas várias alterações que permitiram atingir ganhos de eficiência assinaláveis.

A reformulação do *layout* de todos os Centros de Distribuição, a sincronização dos métodos de reaprovisionamento da loja com os Centros de Distribuição, a optimização dos fluxos paralelos de entrada e saída, a consolidação dos processos no sistema WMS SAP e a racionalização da estrutura de cada Centro de Distribuição permitiram um aumento de eficiência no processo de *picking*, que resultou num aumento médio de produtividade na ordem dos 32,9%.

A implementação do novo sistema de gestão de frotas em todos os Centros de Distribuição resultou também numa optimização das distâncias percorridas.

Graças a todos os ganhos de eficiência conseguidos, os custos de transporte e de logística cresceram apenas 3,4% face a um aumento do volume transportado de 19,2%.

A criação das estruturas regionais, no início do ano, permitiu dar mais agilidade à Organização e maior capacidade de implementação do vasto número de alterações introduzidas, reforçando, paralelamente, os níveis de controlo em todas as áreas e dotando toda a Organização de uma atitude ainda mais proactiva e dinâmica.

Com a criação das estruturas regionais e a alienação da unidade de negócio Eurocash em Março, aproveitou-se também para redimensionar a estrutura central e redefinir e simplificar vários processos do negócio.

O particular enfoque dado à política de treino e formação em todos os níveis da Organização e o lançamento do programa "Academia de *Managers*", associados à política de *Management Development* e *Career Planning*, foram determinantes, não só para o nível de motivação e empenho da Organização em 2003, como para a preparação da operação para os desafios futuros.

Fruto das medidas implementadas para melhor servir o cliente e dos ganhos de eficiência e produtividade, e apesar da crescente pressão concorrencial, o EBITDA da Biedronka cresceu 37,0% e o nível médio de *stocks* baixou em 1,1 dias face ao ano anterior.

Os projectos em curso, a consolidação dos processos de optimização implementados, a maior agilidade da Organização, a qualidade dos Recursos Humanos e seu desenvolvimento permanente e a vontade de servir cada vez mais e melhor os nossos clientes permitem-nos encarar o ano de 2004 com optimismo e com consciência do desafio que é cumprir em pleno a missão definida.

5. GESTÃO AMBIENTAL

Só há futuro para quem promova o desenvolvimento sustentável das comunidades

As empresas do Grupo Recheio apostam na adopção de um comportamento responsável e pró-activo, considerando a preservação do ambiente como um factor indispensável na condução dos seus negócios e na sua evolução económica.

Em linha com estes princípios, o presente relatório integra já os requisitos definidos na Directriz Contabilística Nº 29 – Matérias Ambientais (em vigor desde 01/01/03).

São também apresentados indicadores ambientais que têm por objectivo contribuir para a avaliação do desempenho ambiental das empresas, relativamente aos consumos de Água e Energia e Gestão de Resíduos.*

5.1. Política Ambiental do Grupo

A política ambiental do Grupo Recheio visa os seguintes objectivos:

- melhoria contínua do desempenho ambiental das suas actividades, produtos e serviços e prevenção da poluição;
- cumprimento da legislação ambiental aplicável e preparação para a futura, bem como a observância de outros requisitos relevantes;
- adopção de boas práticas ambientais pelos seus colaboradores;
- satisfação das preocupações ambientais dos consumidores.

O Grupo Recheio tem, assim, um papel activo nas comunidades onde desenvolve a sua actividade, colaborando com os parceiros de negócio, as autoridades e instituições na protecção do ambiente e assumindo as suas responsabilidades na óptica do desenvolvimento sustentável.

Os Sistemas de Gestão Ambiental das empresas da área da Distribuição baseiam-se na NP EN - ISO 14001:1999.

5.2. Principais Impactos Ambientais

Os aspectos ambientais mais relevantes ao nível da área da Distribuição são o consumo de energia, a gestão de resíduos e o transporte de mercadorias.

A principal energia consumida nas unidades é a electricidade e destina-se à conservação dos alimentos, iluminação, climatização das unidades de venda e equipamentos em geral.

Ao nível da área de resíduos, destacam-se:

- o papel/cartão e o plástico, utilizados na produção de embalagens que são utilizadas para o transporte e acondicionamento de mercadorias nas Lojas e Centros de Distribuição;
- os resíduos sólidos orgânicos resultantes principalmente de desperdícios das secções de Perecíveis, quebras de produtos, refeitórios e escritórios.

No transporte de mercadorias, há que salientar o consumo de combustíveis que origina diversas emissões gasosas (nomeadamente o CO₂) e emissões sonoras.

5.3. Programas de Gestão Ambiental

O Programa de Gestão Ambiental implementado em 2003 nas Lojas e Centros de Distribuição desenrolou-se nas diversas acções a seguir apresentadas.

O Controlo da Qualidade da Água

O Plano de Monitorização da Qualidade da Água, definido em 2002, foi implementado durante 2003 e teve como objectivos controlar mais eficientemente a qualidade e garantir a segurança alimentar da água consumida. Foram efectuadas, no total, 36 análises, que incidiram principalmente sobre os parâmetros microbiológicos e os parâmetros físico-químicos mais relevantes.

Unidades	Número de Unidades Abrangidas	% do Número Total de Unidades
Lojas	25	57%

Sendo a maioria das unidades servidas pela rede pública de abastecimento, os resultados, na sua globalidade, foram bastante encorajadores.

* Nestes indicadores ambientais aplicaram-se os princípios da transparência, rigor e comparabilidade. Todavia, a inexistência de informação base e a diversidade dos procedimentos existentes levaram a que alguns indicadores, como o consumo de água, não possam ser apresentados. É, contudo, objectivo do Grupo definir, em 2004, procedimentos que garantam o apuramento dos dados necessários à apresentação global dos indicadores anteriormente referidos e possibilitem a definição de outros que contribuam para uma avaliação mais abrangente do comportamento ambiental das suas Companhias.

A Gestão de Resíduos

Com o objectivo de minorar o impacto ambiental na área dos Resíduos, prosseguiu-se a gestão adequada dos resíduos gerados nas Lojas e Centros de Distribuição através de entidades devidamente licenciadas para o efeito, por forma a garantir o destino final adequado, ao mesmo tempo que foram desenvolvidas acções no sentido de se aumentar a fracção de resíduos recicláveis de cartão e plástico.

Indicadores Ambientais:

	2002	2003	Variação
Total de resíduos encaminhados para valorização (t)	10.725	13.480	25.7%

O claro aumento da quantidade de resíduos encaminhados para valorização deve-se em grande medida, à forte sensibilização e empenho dos colaboradores do Grupo.

No sentido de se otimizar o registo dos resíduos gerados nas unidades e de contribuir para a avaliação da eficiência da aplicação de medidas que visem a optimização da gestão dos resíduos produzidos, foi desenvolvida, durante 2003, uma Base de Dados de Resíduos, cujo carregamento será da responsabilidade de cada unidade.

A Gestão do Consumo de Energia

Com vista à melhoria da eficiência energética das Lojas e Centros de Distribuição e à racionalização do consumo de energia, continuaram a ser adoptadas, em 2003, diversas soluções que possibilitam economias energéticas significativas.

Destacam-se as seguintes medidas de economia energética:

- instalação do sistema "Adap-Kool" a nível do sistema de frio industrial, permitindo uma optimização do consumo de energia até 20%;
- utilização de lâmpadas mais eficientes, como é o caso das armaduras com balastros electrónicos;
- aquisição de equipamentos mais eficientes;
- instalação do sistema de Gestão Técnica Centralizada, em algumas das unidades de maior consumo.

Ainda durante 2003, foram concretizadas outras acções de poupança energética, realçando-se:

- a aquisição de baterias a gel para empilhadores nas lojas Recheio, por garantirem menor emissão de gases poluentes, isenção de consumo de água, reciclagem de todos os seus componentes e uma maior eficiência energética;
- a adesão de 2 unidades ao projecto *European Green Light* - projecto de adesão voluntária que visa principalmente a reabilitação da iluminação existente nas unidades, por forma a melhorar a eficiência energética da iluminação e prevenir a emissão de gases de efeito estufa e outros poluentes.

Indicadores Ambientais:

Lojas

O consumo de energia eléctrica em 2003 ponderado por área de venda (m²) manteve os níveis de 2002, nas Lojas da Distribuição em Portugal e registou uma redução de 2,5% nas lojas da Polónia.

Centros de Distribuição

O consumo de energia eléctrica em 2003 ponderado pelo número de caixas movimentadas pelos Centros de Distribuição registou uma redução de 21,8% na Polónia.

As Questões Ambientais na Construção e Remodelação das Unidades

Na remodelação e construção das Lojas e Centros de Distribuição, é sempre considerada a componente ambiental e analisado o desempenho das unidades em relação aos vários aspectos ambientais. Neste âmbito, durante 2003, foram realizadas análises ambientais a 2 projectos de construção ou remodelação de lojas, nos quais foram implementadas diversas medidas de melhoria. O quadro que se segue apresenta algumas dessas medidas.

Área Ambiental	Medidas Implementadas
Abastecimento de Água	Instalação de torneiras temporizadas e equipamentos com fluxómetros nas casas de banho de clientes e balneários. Instalação de sub-contadores para medição dos consumos de água nos sectores mais significativos.
Consumo de Energia	Instalação de sub-contadores para medição dos consumos de electricidade nos sectores mais significativos. Instalação do sistema de gestão técnica centralizada (nas unidades de maior consumo). Instalação do sistema para gestão do frio industrial (Adap-Kool). Instalação de armaduras com balastros electrónicos.
Gestão de Resíduos	Optimização do sistema de recolha de resíduos. Refrigeração dos compartimentos para armazenagem dos contentores de resíduos.
Efluentes Líquidos	Instalação de caixas de retenção de resíduos sólidos nas secções de Perecíveis (principalmente Talho e Peixaria). Instalação de caixas de retenção de gorduras.

Ruído	Insonorização dos locais potencialmente emissores de ruído (ex. compartimento dos compressores de frio). Seleção de equipamentos menos ruidosos.
Emissões atmosféricas	Instalação de filtros electrostáticos nas secções de <i>take-away</i> para retenção de odores e gorduras. Substituição de gases do sistema de frio industrial por fluidos menos poluentes (ex. glicol).

A Adopção de Boas Práticas pelos Colaboradores

Poupando Energia

No âmbito do Manual de Boas Práticas Ambientais, foi lançado, em Março de 2003, mais um capítulo, dedicado ao Consumo de Energia, onde são abordadas as medidas que devem ser cumpridas pelos colaboradores no desempenho das suas actividades, por forma a melhorar o controlo dos consumos, promover o uso eficiente da energia e minimizar desperdícios. Este capítulo foi divulgado em acções de formação que abrangeram cerca de 48 colaboradores.

Controlando os Resíduos

No sentido de assegurar a gestão adequada dos resíduos produzidos - reduzir a sua produção, aumentar a fracção de materiais recicláveis e contribuir para a poupança dos recursos naturais - foi desenvolvido o capítulo de Gestão de Resíduos que integra o Manual de Boas Práticas.

Para avaliar o cumprimento do Manual de Boas Práticas Ambientais por parte dos colaboradores das lojas, foram realizadas, em 2003, auditorias a lojas e estabelecidas medidas de melhoria.

A Redução do Impacto Ambiental dos Produtos

Embalagens Reutilizáveis de Transporte

Desde 2002 que se encontra implementado, na área de Frutas e Legumes, um projecto de caixas plásticas reutilizáveis. Esta medida contribui para minimizar os resíduos de embalagens não reutilizáveis e otimizar a utilização dos veículos de transporte, com consequente minimização da poluição através da redução do consumo de combustível, do maior aproveitamento da refrigeração e da minimização da emissão de gases poluentes.

Campanhas Ambientais

No âmbito da implementação de Boas Práticas Ambientais foram realizadas, em 2003, duas Campanhas Ambientais: Consumo de Energia (em Março) e Gestão de Resíduos (em Outubro). Estas campanhas, que consistiram destinaram-se a sensibilizar os colaboradores e os clientes para a necessidade de um 'Ambiente Melhor', procurando-se alertar a comunidade para a escassez dos recursos naturais, bem como para os problemas associados à sua deficiente gestão, e sugerindo-se boas práticas a serem cumpridas no dia-a-dia. A comunicação foi efectuada através da colocação de cartazes nas Lojas e pela distribuição de folhetos e autocolantes "*reminder*" aos clientes e colaboradores.

Nas lojas Recheio foi ainda distribuída uma edição específica, orientada para os profissionais do pequeno retalho, unidades hoteleiras e empresas de restauração.

Este folheto continha informação para sensibilização face ao problema e indicação de procedimentos a cumprir, visando assegurar o destino final adequado aos principais resíduos gerados nas suas actividades. Estas Campanhas tiveram o apoio institucional da Direcção Geral da Energia e do Instituto dos Resíduos.

6. Factos Relevantes do Ano

Actividade Operacional

Janeiro

- Recheio muda a loja de Leiria para nova localização.
- Arranque da reorganização operacional na Biedronka – divisão em quatro regiões geográficas integradas.

Fevereiro

- Alienação do Eurocash com efeitos a partir de 1 de Março (Polónia).

Mai

- Visita de analistas financeiros e jornalistas à Biedronka (Lojas e Centros de Distribuição).

Junho

- Concluído o processo de passagem a *net price* em Portugal.

Julho

- Campanha de Aniversário “ 30 anos do Recheio”.

Setembro

- Nova campanha publicitária da Biedronka – “Meia Polónia compra na Biedronka. Venha ver porquê”.

Novembro

- Biedronka consolida posição em Varsóvia com 10 novas lojas.

Responsabilidade Social

Janeiro

- Introdução da abordagem de Gestão Ambiental que inclui os requisitos definidos na Directriz Contabilística N.º 29 – Matérias Ambientais.

Março

- Campanha de Sensibilização Ambiental na área do Consumo de Energia.

Abril

- Introdução do Prémio de Produtividade nas operações do Recheio no Continente e na Madeira.
- Implementação do Plano de Monitorização da Qualidade da Água ao nível das lojas e dos Centros de Distribuição.

Outubro

- Campanha de Sensibilização Ambiental na área de Gestão de Resíduos.

Dezembro

- Aumento de 113% nas auditorias e visitas realizadas a fornecedores de Perecíveis e de Marcas Próprias, com redução de 28% no índice de devoluções à recepção.

7. Perspectivas 2004

A aposta assentará no crescimento do negócio da distribuição em Portugal e, principalmente, na Polónia, e no aumento da competitividade e inovação das operações para servir melhor um consumidor cada vez mais exigente em relação à qualidade e cada vez mais sensível ao preço.

O ano de 2004 deverá marcar o início da retoma económica na Europa e consequentemente, face ao seu grau de abertura, da Economia Portuguesa. No entanto, perspectivam-se ainda um aumento da taxa de desemprego e a aplicação de políticas salariais restritivas, que certamente afectarão o consumo das famílias em Portugal.

De modo a garantir o aumento da eficiência das suas operações, o Grupo continuará a adoptar medidas de redução de custos, tendo criado um grupo de trabalho com várias equipas para estudar e implementar soluções de simplificação de processos.

O Recheio pretende manter o seu posicionamento de *cash & carry* com os melhores preços e prevê continuar a crescer no canal HoReCa, apostado em aproveitar as oportunidades que surgirão associadas à realização em Portugal do Campeonato Europeu de Futebol (Euro 2004). O Recheio prevê abrir a nova plataforma de *Food Service* para a região de Lisboa, uma nova loja em Lisboa e, ainda, obter a licença para a abertura de mais uma loja no país.

No mercado polaco, a Biedronka continuará a desenvolver o seu plano de expansão (40-50 lojas por ano) e remodelação (60-80 lojas por ano), o que lhe permitirá apresentar uma cadeia de retalho bem dimensionada e muito competitiva aquando da adesão formal da Polónia à União Europeia. Aposta, ainda, na área Não-Alimentar, enquanto *traffic builder*, através da disponibilização nas lojas de *ins&outs*, ao longo das diferentes semanas do ano. O reforço da posição em Varsóvia, já no final de 2003, será também um motor de crescimento da cadeia.

8. Factos Subsequentes

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2003, Recheio, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 8.950.621,10 Euros e um lucro nas contas individuais de 23.146.199,49 Euros.

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício sejam atribuídos da seguinte forma:

- Reserva Legal = 1.157.309,97 Euros
- Reserva Livre = 551.413,63 Euros
- Resultados Transitados = 21.437.475,89 Euros

A Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição de dividendos aos accionistas.

Lisboa, 5 de Março de 2004

O Conselho de Administração

Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão

Informação sobre a Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Empresa

(De acordo com a disposição no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Nenhum dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização é titular quer de acções quer de obrigações da sociedade

Lista dos Accionistas que, em 31 de Dezembro de 2003, eram titulares de Acções ao portador representativas de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do Capital da empresa

(De acordo com o disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Acções detidas em 31.12.02	% Capital	% Direitos Voto
Servicompra Consultores de Aprovisionamento, Lda	21.607.500	72,025%	72,025%
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	4.777.500	15,925%	15,925%
Hermes – Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda	3.600.000	12,000%	12,000%

Demonstrações Financeiras Consolidadas

RECHEIO, SGPS, S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

Valores expressos em milhares de euros

ACTIVO	2003			2002
	ACTIVO BRUTO	AMORT/PROV	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
IMOBILIZADO				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação	16	16	-	60
Despesas de investigação e desenvolvimento	18.101	13.162	4.939	9.769
Propriedade industrial e outros direitos	6.336	5.116	1.220	2.065
Trespases	7.055	3.058	3.997	4.541
Diferenças de consolidação	299.822	84.418	215.404	252.931
	331.330	105.770	225.560	269.366
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e recursos naturais	39.447	-	39.447	47.840
Edifícios e outras construções	204.291	67.513	136.778	160.600
Equipamento básico	78.018	50.289	27.729	33.341
Equipamento de transporte	19.028	13.700	5.328	9.881
Ferramentas e utensílios	19.339	11.407	7.932	13.192
Equipamento administrativo	32.066	23.934	8.132	13.451
Outras imobilizações corpóreas	2.484	1.914	570	738
Imobilizações em curso	2.869	-	2.869	8.483
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	4.297	-	4.297	429
	401.839	168.757	233.082	287.955
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos em imóveis e títulos	33.098	5.525	27.573	490
	33.098	5.525	27.573	490
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	374	-	374	1.341
Mercadorias	91.497	2.724	88.773	124.886
	91.871	2.724	89.147	126.227
DÍVIDAS DE TERCEIROS – médio e longo prazo				
Outros devedores	7.800	-	7.800	7.680
	7.800	-	7.800	7.680
DÍVIDAS DE TERCEIROS – curto prazo				
Clientes conta corrente	19.605	5.325	14.280	13.837
Clientes – títulos a receber	-	-	-	25
Clientes de cobrança duvidosa	16.210	15.895	315	357
Empresas participadas e associadas	13.257	-	13.257	16.237
Adiantamentos a fornecedores	1.420	-	1.420	1.171
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.434	-	1.434	1.378
Estado e outros entes públicos	1.725	-	1.725	4.200
Outros devedores	24.939	9.696	15.243	9.269
	78.590	30.916	47.674	46.474
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos bancários	62.727		62.727	53.668
Caixa	461		461	556
	63.188		63.188	54.224
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Impostos diferidos	64.356		64.356	63.966
Acréscimos de proveitos	7.922		7.922	29.049
Custos diferidos	3.878		3.878	5.659
	76.156		76.156	98.674
Total de amortizações		274.527		
Total de provisões		39.165		
Total do activo	1.083.872	313.692	770.180	891.090

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 e 2002

Valores expressos em milhares de euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	150.000	150.000
Prestações suplementares	405.340	354.014
Diferenças de consolidação	204	204
Reservas de reavaliação	17.871	15.517
Reservas legais	4.248	3.959
Diferença de conversão cambial	(11.155)	9.426
Resultados transitados	(436.153)	(373.349)
Resultados líquido do exercício	8.951	(57.129)
Total do capital próprio	139.306	102.642
INTERESSES MINORITÁRIOS	1.239	1.485
PASSIVO		
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	3.889	8.256
DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	99.760	99.760
Dívidas a instituições de crédito	138.411	150.065
Fornecedores de imobilizado conta corrente	6.231	4.143
	244.402	253.968
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	-	49.880
Dívidas a instituições de crédito	37.988	53.580
Fornecedores conta corrente	284.924	342.662
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	8.663	7.405
Empresas participadas e participantes	74	-
Adiantamentos de clientes	134	158
Fornecedores de imobilizado conta corrente	10.154	9.653
Estado e outros entes públicos	4.024	4.274
Outros credores	6.129	18.610
	352.090	486.222
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Impostos diferidos	12.284	9.955
Acréscimos de custos	16.070	18.226
Proveitos diferidos	900	10.336
	29.254	38.517
Total do passivo	629.635	786.963
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo	770.180	891.090

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DE 2003 E 2002

Valores expressos em milhares de euros

	2003		2002	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias	1.376.491		1.771.401	
Matérias	-	1.376.491	-	1.771.401
Fornecimentos e serviços externos		115.331		145.215
Custos com o pessoal:				
Remunerações	58.063		69.214	
Encargos sociais	17.105	75.168	20.624	89.838
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	55.514		67.646	
Provisões	2.357	57.871	1.304	68.950
Impostos	4.710		5.282	
Outros custos e perdas operacionais	871	5.581	1.330	6.612
(A)		1.630.442		2.082.016
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	5.917		-	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas	854		7.395	
Outros	22.264	29.035	38.462	45.857
(C)		1.659.477		2.127.873
Custos e perdas extraordinários		4.117		40.928
(E)		1.663.594		2.168.801
Imposto sobre o rendimento do exercício:				
IRC	1.008		1.209	
Impostos diferidos	(1.965)	(957)	(15.315)	(14.106)
(G)		1.662.637		2.154.695
Interesses minoritários		1.381		2.137
Resultado consolidado do exercício		8.951		(57.129)
		1.672.969		2.099.703
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Mercadorias	1.618.528		1.893.349	
Prestações de serviços	7.875	1.626.403	7.599	1.900.948
Proveitos suplementares	22.932		173.283	
Subsídios à exploração	13		8	
Outros proveitos e ganhos operacionais	375	23.320	762	174.053
(B)		1.649.723		2.075.001
Rendimentos de participações de capital	10		18	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:	2		4	
Outros juros e proveitos similares	14.290	14.302	19.276	19.298
(D)		1.664.025		2.094.299
Proveitos e ganhos extraordinários		8.944		5.404
(F)		1.672.969		2.099.703
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		19.281		(7.015)
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		(14.733)		(26.559)
Resultados correntes: (D) - (C) =		4.548		(33.574)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		9.375		(69.098)
Resultado consolidado com os interesses minoritários: (F) - (G) =		10.332		(54.992)

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	4	1.626.402	1.900.948
Custo das vendas		(1.434.963)	(1.780.737)
Proveitos e custos suplementares	8	93.328	193.406
Margem		284.767	313.617
Custos de distribuição		(199.514)	(242.284)
Custos administrativos		(36.302)	(49.856)
Outros custos operacionais	9	(15.685)	(17.984)
Resultados operacionais não usuais	13	3.419	(79)
Resultados operacionais	3	36.685	3.414
Custos financeiros líquidos	11	(26.766)	(37.871)
Perdas na alienação de operações descontinuadas	7	(557)	(35.377)
Resultados antes de impostos		9.362	(69.834)
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	970	14.842
Resultados antes de interesses minoritários		10.332	(54.992)
Interesses minoritários		(1.381)	(2.137)
Resultados líquidos	25	8.951	(57.129)
Resultado básico por acção – Euros	25	0,2984	(1,9043)

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2003	2002
Activo			
Imobilizações corpóreas	14	233.082	287.955
Imobilizações incorpóreas	15	225.560	269.366
Investimentos Financeiros disponíveis para venda	17	21.402	490
Devedores não correntes	18	7.800	7.680
Impostos diferidos activos	20.1	64.356	63.966
Total de activos não correntes		552.200	629.457
Existências	19	89.147	126.227
Activos fixos detidos para venda	16	6.171	-
Impostos a recuperar	20.3	1.725	4.200
Devedores e acréscimos e diferimentos	21	57.749	76.982
Caixa e equivalentes de caixa	22	63.188	54.224
Total de activos correntes		217.980	261.633
Total do activo		770.180	891.090
Capital próprio e passivo			
Capital		150.000	150.000
Prestações suplementares de capital		405.340	354.014
Diferenças de consolidação		204	204
Reservas de Reavaliação e outras reservas	24.1	6.716	24.517
Resultados retidos		(422.954)	(426.093)
		139.306	102.642
Interesses minoritários		1.239	1.485
Total do capital próprio		140.545	104.127
Empréstimos obtidos	26	244.402	253.968
Proveitos diferidos - subsídios do estado		138	143
Provisões	27	3.889	8.256
Impostos diferidos passivos	20.1	12.284	9.955
Total de passivos não correntes		260.713	272.322
Credores e acréscimos e diferimentos	28	323.535	403.372
Empréstimos obtidos	26	41.363	106.995
Impostos a pagar	20.3	4.024	4.274
Total de passivos correntes		368.922	514.641
Total de passivo, interesses minoritários e capital próprio		770.180	891.090

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em Anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
MOVIMENTOS OCORRIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de euros

		Capital próprio atribuível aos accionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.							
	Notas	Capital	Prestações suplementares	Diferenças de consolidação	Reservas reavaliação e outras reservas	Resultados retidos	Total	Minoritários	Total do Capital próprio
Balanco em 1 de Janeiro de 2002		150.000	29.014	204	39.897	(369.806)	(150.691)	2.205	(148.486)
Variações na Situação Líquida em 2002									
Aumento de prestações suplementares			325.000				325.000		325.000
Diferença de conversão cambial:	24.1								
- do exercício de 2002					(20.132)	-	(20.132)		(20.132)
- da transferência para o resultado da alienação de subsidiárias					-		-		-
Reavaliações de activos fixos:	24.1								
- do exercício de 2002					4.798		4.798		4.798
- da transferência de terrenos para venda					(973)	973	-		-
- pela alienação de subsidiárias					-	-	-		-
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39)	24.1				927		927		927
Alterações aos resultados transitados						(131)	(131)	-	(131)
Resultados reconhecidos directamente em situação líquida		-	325.000	-	(15.380)	842	310.462	-	310.462
Resultado do exercício de 2002						(57.129)	(57.129)	2.137	(54.992)
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período		-	325.000	-	(15.380)	(56.287)	253.333	2.137	255.470
Dividendos							-	(2.857)	(2.857)
Balanco em 31 de Dezembro de 2002		150.000	354.014	204	24.517	(426.093)	102.642	1.485	104.127
Alterações de políticas contabilísticas						(5.808)	(5.808)	-	(5.808)
Balanco reexpresso		150.000	354.014	204	24.517	(431.901)	96.834	1.485	98.319
Variações na Situação Líquida em 2003									
Aumento de prestações suplementares			51.326				51.326		51.326
Diferença de conversão cambial:	24.1								
- do exercício de 2003					(20.581)		(20.581)		(20.581)
Reavaliações de activos fixos:	24.1								
- do exercício de 2003					2.354		2.354	171	2.525
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39)	24.1				426		426		426
Interesses minoritários s/alienação de participações financeiras								195	195
Alterações aos resultados transitados						(4)	(4)	-	(4)
Resultados reconhecidos directamente em situação líquida		-	51.326	-	(17.801)	(4)	33.521	366	33.887
Resultado do exercício de 2003						8.951	8.951	1.381	10.332
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período		-	51.326	-	(17.801)	8.947	42.472	1.747	44.219
Dividendos								(1.993)	(1.993)
Balanco em 31 de Dezembro de 2003		150.000	405.340	204	6.716	(422.954)	139.306	1.239	140.545

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2003	2002
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.818.393	2.165.307
Pagamentos aos fornecedores e ao pessoal		(1.723.591)	(2.240.691)
Caixa gerada pelas operações	23	94.802	(75.384)
Juros pagos		(18.441)	(51.952)
Imposto sobre o rendimento pago		(1.179)	263
Fluxos de caixa resultantes de actividades operacionais		75.182	(127.073)
Actividades de investimento			
Alienação de imobilizado corpóreo	14	769	8.786
Alienação de empresas do grupo e associadas		-	17.267
Alienação de outros investimentos		2.100	18.493
Juros recebidos		1.698	1.118
Dividendos recebidos		10	18
Aquisição de empresas do grupo e associadas		(287)	(39)
Aquisição de imobilizações corpóreas	14	(31.805)	(41.703)
Aquisição de imobilizações incorpóreas	15	(768)	(1.204)
Fluxos de caixa resultantes de actividades de investimento		(28.283)	2.736
Actividades de financiamento			
Recebimentos por aumento prestações suplementares de capital		51.326	325.000
Reembolso de empréstimos		(62.417)	(200.149)
Pagamento de dividendos	24.4	(1.993)	(2.858)
Fluxos de caixa resultantes de actividades de financiamento		(13.084)	121.993
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		33.815	(2.344)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		54.224	63.363
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		33.815	(2.344)
Efeito da alienação de subsidiárias		(17.010)	-
Efeito das variações cambiais		(7.841)	(6.795)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22	63.188	54.224

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

Recheio, SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2003 e 2002

Índice	Página
1 Actividade	27
2 Políticas contabilísticas.....	27
3 Conciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções	34
4 Reporte por segmentos de actividade	34
5 Actividades descontinuadas	35
6 Aquisições de empresas	35
7 Alienação de negócios.....	35
8 Proveitos e custos suplementares.....	36
9 Outros custos operacionais	36
10 Custos com o pessoal	36
11 Custos financeiros líquidos	37
12 Imposto sobre o rendimento do exercício	37
13 Resultados operacionais não usuais	37
14 Imobilizações corpóreas	38
15 Imobilizações incorpóreas	39
16 Activos fixos detidos para venda	39
17 Investimentos financeiros disponíveis para venda.....	40
18 Devedores não correntes.....	40
19 Existências	40
20 Impostos.....	40
21 Devedores e acréscimos e diferimentos.....	42
22 Caixa e equivalentes de caixa	42
23 Caixa gerada pelas operações	42
24 Capital e reservas	43
25 Resultado básico acção	43
26 Empréstimos obtidos	44
27 Provisões	45
28 Credores e acréscimos e diferimentos	45
29 Instrumentos financeiros.....	45
30 Garantias	46
31 Locação operacional	46
32 Contingências	46
33 Partes relacionadas	47
34 Empresas do Grupo	47
35 Interesses em empreendimentos conjuntos	48
36 Eventos subsequentes à data do balanço	48
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	49
37 Reconciliação para os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal	49
38 Informação sobre matérias ambientais	50

1 Actividade

A Recheio, SGPS, S.A. (Recheio) é a empresa-mãe do Grupo Recheio (Grupo) e está sediada em Lisboa.

O Grupo dedica-se fundamentalmente à distribuição e venda de géneros alimentícios e outros produtos de grande consumo. O Grupo opera em Portugal e na Polónia.

2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo:

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (M EUR).

As demonstrações financeiras consolidadas da Recheio foram preparadas de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, com as derrogações necessárias para estarem em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações da *Standings Interpretation Committee* (SIC) do IASB.

As demonstrações financeiras consolidadas da Recheio foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita aos terrenos incluídos em imobilizações corpóreas, aos activos fixos detidos para venda e às partes de capital referidas na nota 2.9, os quais se encontram registados ao respectivo valor de mercado.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento do *management* em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Alteração de Políticas Contabilísticas e Bases de Apresentação

Em 2003 o Grupo adoptou as alterações introduzidas na IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, emitida pelo IASB em Dezembro de 2003, nomeadamente no que se refere à apresentação dos interesses minoritários como uma componente do capital próprio, assim como a apresentação separada no mapa de movimentos ocorridos no capital próprio das parcelas atribuíveis aos accionistas da empresa e a interesses minoritários.

Em Dezembro de 2003 o IASB emitiu uma revisão ao IAS 39 - Instrumentos Financeiros, a qual incorpora alterações nomeadamente ao nível do tratamento contabilístico de Derivados Embutidos.

Em 2002 o Grupo havia reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas o justo valor de derivativos embutidos resultantes de contratos de arrendamento de lojas na Polónia, que se encontram denominados em Euros, moeda diferente da divisa local (Zloty).

A revisão agora introduzida na referida norma vem esclarecer que não devem ser tratados como contratos com derivativos embutidos, os contratos celebrados numa moeda diferente da moeda local, que é a moeda de referência utilizada pelo mercado para esse tipo de transacções.

Em resultado desta alteração de política contabilística o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras de 2002, foi corrigido em resultados transitados no exercício de 2003.

2.2 Bases de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2003, incluem os activos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto da Recheio e das suas filiais e associadas, as quais são apresentadas na nota 0, respectivamente.

Participações financeiras em empresas do Grupo

Empresas do Grupo (subsidiárias) são as empresas controladas pela Recheio. Existe controlo quando o Recheio tem directa ou indirectamente, mais de metade dos direitos de voto, ou por outro lado, tem o poder para dirigir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objectivo de usufruir dos benefícios resultantes da sua actividade. Presume-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%.

As empresas do Grupo são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que o mesmo efectivamente termina. Na contabilização de aquisição de subsidiárias é utilizado o método da compra. O custo da aquisição corresponde ao justo valor dos activos entregues, acções emitidas e passivos assumidos à data da aquisição, acrescido dos custos directamente imputáveis à aquisição.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse minoritário relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de activos atribuível a terceiros.

As políticas contabilísticas seguidas pelas companhias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em empresas associadas

Empresas associadas são as empresas sobre cujas políticas financeiras e operacionais a Recheio exerce uma influência significativa. Presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada, desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina.

Sempre que o total de perdas atribuíveis ao Grupo exceda o valor da participação financeira na associada, o Grupo não reconhece mais perdas, excepto quando tenha incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

Participações financeiras em empresas controladas conjuntamente

As empresas controladas conjuntamente são aquelas sobre as quais o Grupo exerce um controlo conjunto estabelecido por acordos parasociais.

Estas empresas são incluídas na consolidação pelo método da consolidação proporcional, ou seja, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parcela atribuível ao Grupo dos activos, passivos e resultados acumulados destas empresas, desde a data em que o controlo conjunto se inicia até que ele efectivamente termina.

Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill*) representam o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. As diferenças de consolidação negativas representam o excesso do justo valor dos activos e passivos identificáveis, à data da primeira consolidação ou da aquisição, sobre o valor de aquisição.

As diferenças de consolidação positivas geradas até 1991 encontram-se registadas no capital próprio. A partir de 1991, as diferenças de consolidação positivas relativas a empresas do Grupo encontram-se registadas nas imobilizações incorpóreas, sendo amortizadas ao longo de um período de 20 anos, seguindo as melhores práticas internacionais.

À data do balanço o Grupo avalia se existe alguma indicação de imparidade. Se existir tal indicação, é efectuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo feita uma amortização extraordinária sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* excede o seu valor recuperável (nota 2.13).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

Conversão para Euros das demonstrações financeiras em moeda estrangeira

São consideradas como operações estrangeiras, que são parte integrante das operações da Recheio, aquelas que levam a efeito os seus negócios como se fossem uma extensão das operações da empresa-mãe. As outras são consideradas como entidades estrangeiras.

As demonstrações financeiras de uma operação estrangeira que seja considerada como parte integrante das operações da Recheio são convertidas para Euros utilizando o câmbio de fecho para os elementos monetários e os câmbios históricos para os elementos não monetários e capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções. A diferença cambial decorrente é reconhecida como um custo ou um proveito.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para Euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções. A diferença cambial decorrente é registada directamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 2.6).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *Goodwill* assim como os ajustamentos ao justo valor originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho.

Saldos e transacções entre empresas do Grupo

Os saldos e as transacções, bem como ganhos não realizados, entre empresas do Grupo e entre estas e a empresa-mãe, são anulados na consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas salvo se o custo não puder ser recuperado.

Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou empresas conjuntamente controladas são anulados na consolidação na parte atribuível ao Grupo. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3 Reconhecimento do rédito

Vendas e prestações de serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas.

Subsídios

Os subsídios do governo só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados, são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, com um máximo de 10 anos.

Rendas

As rendas recebidas do arrendamento de activos fixos detidos para venda são reconhecidas em resultados como proveitos financeiros no período a que dizem respeito.

Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais, ganhos e perdas potenciais com instrumentos financeiros que não qualificam enquanto contabilidade de cobertura, ganhos e perdas na valorização de activos fixos detidos para venda, custos e proveitos com operações de financiamento.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito. Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando declarados.

2.4 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de investimentos em entidades estrangeiras, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais cotações utilizadas à data do balanço foram as seguintes:

	Taxa em 31 de Dezembro de 2003	Taxa média do ano
Zloty da Polónia	€ 0,2127	€ 0,2278

2.5 Derivados

O Grupo utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através de modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

2.6 Operações de cobertura

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxo de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *caps* e *floors*, *FRA's*, etc. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existente, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxo de caixa, são registadas no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos IRS são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica de custos financeiros. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos, são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados aquando da sua ocorrência.

Risco de taxa de câmbio

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

Investimentos em operações estrangeiras

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de flutuação cambial (nota 2.2).

Os *swaps* cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos *swaps* cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de flutuação cambial (Nota 2.2)

2.7 Imobilizações corpóreas

As imobilizações que não sejam terrenos são registadas ao custo de aquisição líquido das respectivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (nota 2.13).

A classe de activos terrenos encontra-se registada pelo valor reavaliado, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de reavaliações de terrenos são creditados em reservas de reavaliação nos capitais próprios do Grupo. As reduções que possam ser compensadas por anteriores reavaliações do mesmo activo, são movimentadas contra a respectiva reserva de reavaliação, as restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais (em resultados extraordinários na demonstração dos resultados apresentada de acordo com o POC). Quando activos reavaliados são vendidos, o montante que se encontra reconhecido em reservas de reavaliação é transferido para resultados transitados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destas imobilizações são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas são incluídas no valor contabilístico do activo sempre que é provável que benefícios económicos adicionais irão ser originados pelo activo.

Contratos de locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como imobilizações corpóreas.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo Grupo para as imobilizações corpóreas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de amortização anual (em %) mais importantes são as seguintes:

	%
Terrenos	Não amortizados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

2.8 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (Nota 2.13).

Custos com *Goodwill* gerado internamente e marcas próprias são registados na conta de resultados à medida em que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a executabilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados, mão de obra directa e uma proporção de gastos gerais.

Despesas com programas de computador (software)

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de *Software* são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos incorpóreos

Despesas na aquisição de Trespases, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual em % mais importantes são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Trespases e marcas comerciais	5-6,66

2.9 Investimentos financeiros

Partes de capital

As partes de capital detidas que não sejam participações em empresas do Grupo, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como investimentos financeiros disponíveis para venda e reconhecidos no balanço como activos não correntes.

Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço. Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de balanço, são registadas provisões reflectindo essas perdas permanentes.

Caso não exista um valor de mercado, as participações em causa são mantidas ao custo de aquisição. São constituídas provisões para redução de valor nos casos que se justificam.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente em reservas até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado líquido do período.

Sempre que as perdas potenciais representem mais de 20% do custo de aquisição dos investimentos financeiros disponíveis para venda, essas perdas são transferidas de reservas para a demonstração dos resultados.

Activos fixos detidos para venda

Os activos fixos detidos para venda são contabilizados ao valor de mercado determinado por entidades especializadas e independentes.

Alterações ao justo valor dos activos fixos detidos para venda são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o IAS 40 e incluídos em resultados financeiros.

Sempre que, por alteração do uso esperado dos activos imobilizados corpóreos, estes sejam transferidos para a rubrica activos fixos detidos para venda, o valor de transferência corresponde ao valor a que estiver registado, que deverá corresponder ao valor de mercado a essa data.

2.10 Clientes e devedores

Os saldos de clientes e devedores são contabilizados pelo valor nominal deduzido de provisão necessária para os colocar ao seu valor líquido de realização esperado.

2.11 Existências

As existências são valorizadas ao menor do custo ou do valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido de provisões para cobertura de perdas estimadas.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, o qual, atendendo à elevada rotação das existências, corresponde aproximadamente ao custo real que seria determinado com base no método FIFO.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria.

2.13 Imparidade

Excepto quanto aos activos fixos detidos para venda (Nota 2.9), existências (Nota 2.11) e impostos diferidos activos (Nota 2.19), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a avaliar indicações de eventuais perdas por imparidade.

Para as unidades geradoras de caixa com actividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos dependendo do segmento de negócio) o Grupo entende não efectuar a análise da imparidade na medida em que os respectivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, que permita efectuar uma reavaliação credível.

É determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original. Para os restantes activos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a diferenças de consolidação positivas (*goodwill*) não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.14 Acções próprias

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu valor de aquisição, e registadas como uma redução ao capital próprio.

2.15 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.16 Empréstimos obrigacionistas

Outros empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas são registados no passivo pelo valor nominal. Os custos com a emissão são reconhecidos no resultado do exercício ao longo da vida do empréstimo.

2.17 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal para reestruturação tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

2.18 Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.

2.19 Impostos sobre os lucros

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente reconhecidos em reservas, caso em que é também reconhecido directamente em reservas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre as diferenças de consolidação e as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando a mesma não afecta nem o resultado contabilístico nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

2.20 Informação por segmentos

Segmento geográfico

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. Foram identificados como segmentos geográficos, Portugal e Polónia.

3 Conciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções

	2003	2002
EBITDA	88.780	71.139
Depreciações	(40.108)	(50.430)
Amortização de <i>goodwill</i>	(15.406)	(17.216)
EBIT	33.266	3.493
Ganhos/perdas não usuais (resultados operacionais POC)	-	(320)
Ganhos/perdas não usuais (resultados extraordinários POC)	3.419	241
Resultados operacionais na Demonstração por Funções	36.685	3.414
Descontos p.p. e comissões cartão de crédito (resultados financeiros POC)	(12.034)	(11.312)
Ganhos/perdas não usuais (resultados extraordinários POC)	(3.419)	(241)
Outros ganhos/perdas não usuais (resultados extraordinários POC)	(1.951)	1.124
Resultados operacionais POC	19.281	(7.015)

4 Reporte por segmentos de actividade

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos geográfico e de negócio do Grupo.

Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. Os resultados, activos e passivos não directamente imputáveis aos segmentos consubstanciados na coluna "não alocado", referem-se essencialmente a operações financeiras e incluem ainda os ajustamentos de consolidação.

Informação detalhada referente aos segmentos

	DISTRIBUIÇÃO				NÃO ALOCADO		TOTAL	
	Portugal		Polónia		2003	2002	2003	2002
	2003	2002	2003	2002				
Proveitos com clientes externos								
Vendas	644.053	615.530	974.474	1.277.819	-	-	1.618.527	1.893.349
Prestações de serviços	181	422	7.694	7.177	-	-	7.875	7.599
	644.234	615.952	982.168	1.284.996	-	-	1.626.402	1.900.948
TOTAL DE PROVEITOS	644.234	615.952	982.168	1.284.996	-	-	1.626.402	1.900.948
RESULTADO DO SEGMENTO	31.860	25.585	6.519	(17.093)	(1.694)	(5.078)	36.685	3.414
Custos financeiros líquidos							(26.766)	(37.871)
Perdas na alienação de operações descontinuadas							(557)	(35.377)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS							9.362	(69.834)
Imposto sobre o rendimento do exercício							970	14.842
Interesses minoritários							(1.381)	(2.137)
RESULTADOS LÍQUIDOS							8.951	(57.129)
TOTAL DE ACTIVOS	288.145	351.014	403.741	508.068	78.294	32.008	770.180	891.090
TOTAL DE PASSIVOS	330.383	204.880	286.168	339.060	13.084	243.023	629.635	786.963
Fluxos de caixa de actividades operacionais							75.182	(127.073)
Fluxos de caixa de actividades de investimento							(28.283)	2.736
Fluxos de caixa de actividades de financiamento							(13.084)	121.993
Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo	9.449	6.532	24.823	38.584	-	-	34.272	45.116
Amortizações e depreciações	15.983	15.760	37.839	46.581	1.692	5.305	55.514	67.646

5 Actividades descontinuadas

Durante o exercício de 2003 o Grupo alienou a participação no Eurocash, empresa que detinha o negócio do Cash & Carry na Polónia. No ano de 2002 foi alienado o negócio do Jumbo.

Os valores de balanço do negócio do Jumbo e do Eurocash na data das respectivas alienações de 2002 e 2003 eram sumariamente os seguintes:

	2003	2002
Activos não correntes	26.619	75.832
Activos correntes	39.211	44.571
Total do activo	65.830	120.403
Capital próprio	28.525	85.188
Passivos correntes	37.305	35.215
Total do passivo e capital próprio	65.830	120.403

Em termos de resultados e em sumário, os valores constantes da Demonstração dos Resultados em 2003 e 2002 integrados no consolidado do Grupo foram os seguintes:

	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	45.125	360.324
Resultados operacionais	(1.918)	(11.953)
Resultados antes de impostos	(1.883)	(11.940)
Resultados líquidos	(1.883)	(11.940)

Adicionalmente, foram liquidadas em 2003 as empresas J.P.S. – Gestão de Imóveis, S.A., Bivol – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda, A. Soares Mendes, Lda. e Lidogest – Gestão de Espaços Comerciais, S.A. não tendo qualquer impacto ao nível das Demonstrações Financeiras Consolidadas, visto os seus activos permanecerem no Grupo.

6 Aquisições de empresas

O Grupo adquiriu em Novembro de 2003 as empresas Sklepy Spozywece Sp. Zo.o. e Twoje Sklepy Spozywece Sp. Zo.o.. Os impactos derivados da aquisição destas companhias não foram significativos, a nível de resultados e balanço, por serem materialmente pouco relevantes.

7 Alienação de negócios

Em 3 de Fevereiro o Grupo, através da sua participada Jeronimo Martins Dystrybucja, Sp.Zo.o, assinou um acordo de alienação de 100% da participação no Eurocash Sp. Zo.o a um grupo de actuais e antigos colaboradores desta empresa, em operação de *management-buy-out*, concluída com efeitos a 1 de Março de 2003.

O valor desta operação ascendeu a um montante aproximado de M PLN 122.000, cujo pagamento não será imediato, mas sim diferido e parcialmente em função da performance do próprio negócio.

Apesar do acordo estabelecer a alienação de 100% do capital do Eurocash, por razões que se prendem com a recuperabilidade do crédito, o Grupo manterá alguma influência no controlo da sociedade durante o período em que o crédito subsistir.

Periodicamente proceder-se-á à análise e aferição da performance operacional do Eurocash, bem como à revisão dos pressupostos que serviram de base ao apuramento do preço e do risco intrínseco do negócio, o que se consubstanciará em testes de imparidade ao valor do investimento. Sempre que se verifiquem diferenças relevantes entre os valores que serviram de base para o apuramento do valor do investimento e os efectivamente verificados, será constituída uma provisão para o mesmo.

Efeitos das alienações

As alienações em 2003 tiveram o seguinte impacto nos activos e passivos consolidados:

Caixa (1)	17.010
Imobilizado	26.619
Existências	16.656
Dívidas a receber	5.545
Dívidas a pagar	(37.305)
Activos líquidos alienados	<u>28.525</u>
Valor da alienação (2)	28.525
Variação cambial do valor a receber (3)	(2.379)
Valor a receber em Dezembro de 2003 (4)	26.146
Fluxo de caixa líquido em 31.12.2003 (2) – (4) ± (3) – (1)	<u>(17.010)</u>

Na rubrica de perdas na alienação de operações descontinuadas foi reconhecido o valor de M EUR 557, relativo a acertos no valor de venda do negócio do Jumbo alienado em 2002.

8 Proveitos e custos suplementares

	2003	2002
Ganhos suplementares	80.799	182.105
Descontos pronto pagamento obtidos	12.425	11.902
Comissões meios pagamento electrónicos	(391)	(590)
Outros custos/proveitos suplementares	495	(11)
	<u>93.328</u>	<u>193.406</u>

Os ganhos suplementares respeitam a ganhos obtidos pelo Grupo com a distribuição de produtos de consumo, nomeadamente rappel, alugueres de espaço, participações em aniversários, aluguer de topos.

9 Outros custos operacionais

	2003	2002
Amortização de <i>goodwill</i>	15.406	17.216
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	279	768
	<u>15.685</u>	<u>17.984</u>

10 Custos com o pessoal

	2003	2002
Ordenados e salários	58.063	69.214
Segurança social	11.174	14.051
Outros custos com pessoal	5.931	6.573
	<u>75.168</u>	<u>89.838</u>

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação, indemnizações entre outros.

Do total de custos com pessoal, cerca de M EUR 4.386 correspondem aos custos com pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional, cujo custo integral foi de M EUR 8.772.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 11.833, dos quais:

	2003	2002
Portugal	1.577	2.314
Polónia	10.256	12.468
Total de empregados	<u>11.833</u>	<u>14.782</u>

Do total de empregados, cerca de 766 correspondem ao pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional.

Do número médio de empregados de 2003, 206 dizem respeito a actividades descontinuadas.

O número de empregados no final do ano 2003 era de 11.610 (2002: 14.969), dos quais 785 (2002: 766) correspondem ao pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional.

11 Custos financeiros líquidos

	2003	2002
Juros suportados	(15.219)	(37.321)
Juros obtidos	1.364	1.052
Dividendos	10	18
Diferenças de câmbio	(196)	136
Activos detidos para venda:		
Ganhos e perdas na venda	(1.411)	-
Valorização ao justo valor	(5.917)	-
Outros custos e proveitos financeiros	(5.129)	(1.756)
Valorização ao justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura (Nota 29.3)	(268)	-
	<u>(26.766)</u>	<u>(37.871)</u>

Os outros custos e proveitos financeiros incluem custos com empréstimos obtidos.

12 Imposto sobre o rendimento do exercício

12.1 Imposto corrente

	2003	2002
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(1.008)	(1.209)
Excesso(insuficiência) de exercícios anteriores	13	736
	<u>(995)</u>	<u>(473)</u>
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	2.022	15.722
Redução da taxa de imposto	(16.601)	(407)
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de Exercícios anteriores	16.544	-
	<u>1.965</u>	<u>15.315</u>
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	<u>970</u>	<u>14.842</u>

12.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2003	2002
Resultados antes de imposto	9.362	(69.834)
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal	33,0% (3.089)	33,0% 23.045
Efeito fiscal gerado por:		
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(0,3)% (24)	0,5% (347)
Resultados não tributados ou não recuperáveis	37,5% 3.511	2,8% (1.935)
Custos não dedutíveis	8,5% 797	5,5% (3.818)
Redução de taxa de imposto	(177,3)% (16.601)	0,6% (407)
Insuficiências (excesso) estimativa do ano anterior	0,1% 13	(1,1)% 736
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças Temporárias de exercícios anteriores	176,7% 16.544	- -
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras Formas de tributação	(1,9)% (181)	3,5% (2.432)
Imposto do exercício	(10,3)% 970	21,3% 14.842

13 Resultados operacionais não usuais

	2003	2002
Perdas com encerramento de lojas	(546)	(79)
Redução de Provisões	3.884	-
Outros	81	-
	<u>3.419</u>	<u>(79)</u>

14 Imobilizações corpóreas

14.1 Movimentos ocorridos no exercício

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento transporte e outros	Imobilizações curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo inicial	47.840	219.855	104.985	70.260	8.912	451.852
Diferenças cambiais	(535)	(20.153)	(7.937)	(6.891)	(635)	(36.151)
Aumentos	25	3.480	9.855	3.613	16.496	33.469
Reavaliações	(44)	-	-	-	-	(44)
Redução por alienação de subsidiárias	-	(8.407)	(7.084)	(2.876)	(12)	(18.379)
Alienações	-	(492)	(483)	(1.386)	(67)	(2.428)
Transferências e abates	(172)	13.168	(1.979)	(9.142)	(17.528)	(15.653)
Transferências de activos fixos detidos para venda	(7.107)	(2.871)	-	-	-	(9.978)
Perdas por imparidade (Nota 13)	(560)	(289)	-	-	-	(849)
Saldo final	39.447	204.291	97.357	53.578	7.166	401.839
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	59.255	58.452	46.190	-	163.897
Diferenças cambiais	-	(5.698)	(4.463)	(4.490)	-	(14.651)
Aumentos	-	14.999	11.610	8.473	-	35.082
Redução por alienação de subsidiárias	-	(339)	(646)	(358)	-	(1.343)
Alienações	-	(180)	(334)	(1.296)	-	(1.810)
Transferências e abates	-	(438)	(2.923)	(8.971)	-	(12.332)
Transferências de activos fixos detidos para venda	-	(386)	-	-	-	(386)
Perdas por imparidade (Nota 13)	-	300	-	-	-	300
Saldo final	-	67.513	61.696	39.548	-	168.757
Valor líquido						
Saldo em 1 de Janeiro de 2003	47.840	160.600	46.533	24.070	8.912	287.955
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	39.447	136.778	35.661	14.030	7.166	233.082

No exercício de 2003 foi registado uma perda por imparidade de M EUR 1.149, relativo aos imóveis do Caniço e S.Roque na Madeira, Legnica e terreno de Lodz na Polónia.

14.2 Equipamento em regime de locação financeira

O Grupo detém diverso equipamento sob o regime de locação financeira e outras formas equivalentes. Embora para o equipamento de transporte o Grupo não vá exercer a opção de compra, outras condições dos contratos impõem a contabilização em imobilizações. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes. As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação financeira são referidas na nota 26.4. O valor dos bens em locação financeira é o seguinte:

	2003	2002
Equipamento de informática		
Imobilizações corpóreas	8.612	14.215
Amortização acumulada	(4.314)	(7.755)
	<u>4.298</u>	<u>6.460</u>
Equipamento de transporte		
Imobilizações corpóreas	4.864	1.755
Amortização acumulada	(1.600)	(541)
	<u>3.264</u>	<u>1.214</u>
Equipamento administrativo		
Imobilizações corpóreas	1.308	-
Amortização acumulada	(123)	-
	<u>1.185</u>	<u>-</u>

Em 2003 o Grupo decidiu passar a reconhecer todos os contratos de aluguer de viaturas com duração inferior a 48 meses e sem opção de compra, como locações operacionais.

14.3 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

14.4 Imobilizações corpóreas em curso

As imobilizações que se encontravam em curso em 31 de Dezembro de 2003 eram relativas a construção e remodelação de lojas e armazéns.

14.5 Reavaliações

O Grupo regista os terrenos afectos á actividade operacional ao valor de reposição. Os valores de reavaliação constantes das imobilizações corpóreas são de M EUR 23.077 (M EUR 23.121 em 2002), reflectida no capital próprio da seguinte forma:

	2003	2002
Reavaliação de terrenos	23.077	23.121
Impostos diferidos	(5.035)	(7.604)
Minoritários	(171)	-
Reavaliação líquida	<u>17.871</u>	<u>15.517</u>

15 Imobilizações incorpóreas

Movimentos ocorridos no exercício

	Goodwill	Despesas de instalação	Despesas de I&D	Software e propr. ind. Out. dir.	Trespases	Total
Custo						
Saldo inicial	330.963	215	20.824	7.477	7.055	366.534
Aumentos	646	-	73	84	-	803
Redução por alienação de subsidiárias	(13.075)	-	-	(265)	-	(13.340)
Alienações	-	-	-	(44)	-	(44)
Transferências e abates	(1.676)	(180)	103	(3)	-	(1.756)
Diferença cambial	(17.036)	(19)	(2.899)	(913)	-	(20.867)
Saldo final	299.822	16	18.101	6.336	7.055	331.330
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	78.032	155	11.055	5.412	2.514	97.168
Aumentos	15.406	-	3.819	736	470	20.431
Redução por alienação de subsidiárias	(3.689)	-	-	(68)	-	(3.757)
Alienações	-	-	-	(43)	-	(43)
Transferências e abates	(618)	(125)	53	(166)	-	(856)
Perdas por imparidade (Nota 13)	-	-	-	-	74	74
Diferença cambial	(4.713)	(14)	(1.765)	(755)	-	(7.247)
Saldo final	84.418	16	13.162	5.116	3.058	105.770
Valor líquido						
Saldo em 1 de Janeiro de 2003	252.931	60	9.769	2.065	4.541	269.366
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	215.404	-	4.939	1.220	3.997	225.560

No exercício de 2003 foi registado uma perda por imparidade de M EUR 74, relativo ao trespasse da loja de S. Roque na Madeira.

16 Activos fixos detidos para venda

	2003	2002
Saldo inicial	-	-
Transferência de imobilizações corpóreas (Nota 14.1)	9.592	-
Alienações	(3.421)	-
Saldo final	<u>6.171</u>	<u>-</u>

Os activos fixos detidos para venda referem-se a terrenos inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo, e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa, ou por se tornarem desnecessários para as operações efectuadas devido a reestruturações das mesmas.

17 Investimentos financeiros disponíveis para venda

	2003	2002
Eurocash	26.149	-
Outros	778	490
	<u>26.927</u>	<u>490</u>
Provisões para o valor realizável (Nota 27)	(5.525)	-
	<u><u>21.402</u></u>	<u><u>490</u></u>

18 Devedores não correntes

O saldo em 31 de Dezembro de 2003, M EUR 7.800 é relativo a liquidações adicionais de imposto efectuadas em 2003, sobre as quais já foi pedido o respectivo reembolso (Nota 32).

19 Existências

	2003	2002
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	374	1.341
Mercadorias	91.497	129.251
	<u>91.871</u>	<u>130.592</u>
Provisões para existências (Nota 27)	(2.724)	(4.365)
Existências líquidas	<u><u>89.147</u></u>	<u><u>126.227</u></u>

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

20 Impostos

20.1 Impostos diferidos activos e passivos

Movimentos nas contas de impostos diferidos

	2003	2002
No início do exercício	54.011	43.497
Diferenças de conversão cambial	(6.473)	(967)
Reavaliações e reservas	2.569	(3.834)
No resultado do exercício	1.965	15.315
	<u>52.072</u>	<u>54.011</u>

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2003	2002
Imposto diferido activo	64.356	63.966
Imposto diferido passivo	12.284	9.955
	<u><u>52.072</u></u>	<u><u>54.011</u></u>

Movimentos nos impostos diferidos ocorridos no exercício

	01/01/2003	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	31/12/2003
Impostos diferidos passivos					
Reavaliações de activos	9.047	(1.410)	(2.600)	-	5.037
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	-	1.619	-	(108)	1.511
Diferenças de Políticas contabilísticas em outros países	-	5.415	-	(359)	5.056
Outras diferenças temporárias	908	(228)	-	-	680
	9.955	5.396	(2.600)	(467)	12.284
Impostos diferidos activos					
Reavaliações de activos	45	-	(31)	-	14
Provisões além dos limites legais	1.798	952	-	(76)	2.674
Custos com operações de cobertura de risco cambial	-	245	-	(3.343)	(3.098)
Prejuízos a recuperar	55.732	(1.879)	-	(2.729)	51.124
Outros custos diferidos para efeitos fiscais	5.655	(5.655)	-	-	-
Diferenças de políticas contabilísticas em outros países	-	11.939	-	(792)	11.147
Outras diferenças temporárias	736	1.759	-	-	2.495
	63.966	7.361	(31)	(6.940)	64.356
Variação líquida de imposto diferido	54.011	1.965	2.569	(6.473)	52.072

Os impostos diferidos activos decorrentes de prejuízos a recuperar desdobram-se da maneira seguinte:

	2003	2002
Grupo Consolidado Fiscal Recheio, SGPS, S.A.	38.791	33.687
Jerónimo Martins Dystrybucja, Sp. Zo.o.	12.333	22.045
	<u>51.124</u>	<u>55.732</u>

O Grupo reconheceu estes valores de impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais com base nas projecções elaboradas para os negócios respectivos que demonstram que serão realizados lucros fiscais futuros que asseguram a sua recuperabilidade.

20.2 Impostos diferidos não reconhecidos

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais, onde não se espera a ocorrência de lucros fiscais suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto diferido activo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é de M EUR 20.080 (em 2002: M EUR 63.248).

20.3 Impostos a recuperar e a pagar

	2003	2002
Impostos a recuperar		
IRC a receber	247	9
IVA a recuperar	1.475	4.191
Outros	3	-
	<u>1.725</u>	<u>4.200</u>
Impostos a pagar		
IRC a pagar	-	122
IVA a pagar	1.795	1.405
IRS retido	461	562
Segurança social	1.518	1.946
Outros impostos	250	239
	<u>4.024</u>	<u>4.274</u>

21 Devedores e acréscimos e diferimentos

	2003	2002
Cientes comerciais	14.595	14.219
Empresas associadas e participadas	13.257	16.237
Saldos devedores de fornecedores	6.988	1.884
Pessoal	310	542
Outros devedores	10.799	9.392
Acréscimos de proveitos	7.922	29.049
Custos diferidos	3.878	5.659
	<u>57.749</u>	<u>76.982</u>

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de M EUR 7.907.

A rubrica de custos diferidos é composta por M EUR 816 de rendas pagas antecipadamente, M EUR 918 de custos com emissão de obrigações e aberturas de crédito, de M EUR 668 de juros de empréstimos bancários pagos antecipadamente e M EUR 1.476 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2003, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

22 Caixa e equivalentes de caixa

	2003	2002
Depósitos à ordem	62.727	53.668
Caixa e equivalentes de caixa	461	556
	<u>63.188</u>	<u>54.224</u>

23 Caixa gerada pelas operações

	2003	2002
Resultado líquido	8.951	(57.129)
Ajustamentos para:		
Minoritários	1.381	2.137
Impostos	(970)	(14.841)
Amortizações	55.514	67.646
Resultados financeiros	26.572	38.008
<i>Impairment</i> de activos	1.222	-
Perdas na alienação investimentos financeiros	105	4.479
Perdas na alienação e abate de imobilizado corpóreo	885	32.751
Ganhos na alienação e abate imobilizado incorpóreo	(6)	(104)
	<u>93.654</u>	<u>72.947</u>
Variações de <i>working capital</i> :		
Existências	13.426	(8.275)
Devedores e acréscimos e diferimentos	2.828	12.773
Credores e acréscimos e diferimentos	(9.803)	38.403
Empresas participantes e participadas	-	(196.710)
Provisões	(5.303)	5.478
	<u>94.802</u>	<u>(75.384)</u>

24 Capital e reservas

24.1 Movimentos ocorridos em reservas

	Terrenos e edifícios	Hedging reserve	Reservas cambiais	Total
Balanço em 1 de Janeiro de 2002	11.692	(1.353)	29.558	39.897
Terrenos transferidos para venda:				
- Valor bruto	(1.027)	-	-	(1.027)
- Imposto diferido	54	-	-	54
Reavaliações:				
- Valor bruto	7.965	-	-	7.965
- Imposto diferido	(3.167)	-	-	(3.167)
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39):				
- Valor bruto	-	1.594	-	1.594
- Imposto diferido	-	(667)	-	(667)
Diferença de conversão cambial:				
- Do exercício	-	-	(19.165)	(19.165)
- Imposto diferido	-	-	(967)	(967)
Balanço em 31 de Dezembro de 2002	15.517	(426)	9.426	24.517
Reavaliações:				
- Valor bruto	(44)	-	-	(44)
- Imposto diferido	2.569	-	-	2.569
- Interesses minoritários	(171)	-	-	(171)
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39):				
- Valor bruto	-	426	-	426
- Imposto diferido	-	-	-	-
Diferença de conversão cambial:				
- Do exercício	-	-	(14.108)	(14.108)
- Imposto diferido	-	-	(6.473)	(6.473)
Balanço em 31 de Dezembro de 2003	17.871	-	(11.155)	6.716

24.2 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 30.000.000 acções ordinárias (2002: 30.000.000). Todas as acções têm um valor nominal de Euro 5 (cinco Euros).

24.3 Reserva cambial

A reserva cambial reflecte todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das empresas do Grupo classificadas como operações estrangeiras conforme política contabilística descrita na nota 2.2.

24.4 Dividendos

Os dividendos distribuídos em 2003 correspondem a dividendos pagos aos minoritários que participam no Recheio.

25 Resultado básico acção

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro líquido atribuível aos accionistas ordinários de M EUR 8.951 (2002: prejuízo de M EUR 57.129) e no número médio ponderado de acções ordinárias pendentes no período de 30.000.000 (2002: 30.000.000).

	2003	2002
Resultado por acção – Euros	0,2984	(1,9043)

26 Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos de contratos dos empréstimo do Grupo e outro tipo de formas de financiamento. Para mais informação relativamente à exposição do Grupo aos riscos de taxa de câmbio, ver nota 29.

26.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2003	2002
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários	138.411	150.065
Empréstimos por obrigações	99.760	99.760
Responsabilidades com locação financeira	6.231	4.143
	244.402	253.968
Empréstimos correntes		
Empréstimos por obrigações	-	49.880
Descobertos bancários	37.988	53.580
Responsabilidades com locação financeira	3.375	3.535
	41.363	106.995

26.2 Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários				
Papel comercial	4.24%	150.000	-	150.000
Cross Currency Swap PLN	EUR 2.22% PLN 5.82%	(11.589)	-	(11.589)
Empréstimos por obrigações	3.30%	99.760	-	99.760
Descobertos bancários	3.88%	37.988	37.988	-
Responsabilidades com locações financeiras	10.45%	9.606	3.375	6.231
		285.765	41.363	244.402

26.3 Empréstimos obrigacionistas

	2003	2002
obrigações não convertíveis	99.760	149.640

- Atingiram a sua maturidade em Setembro de 2003 a seguinte emissão obrigacionista:
 - Emissão obrigacionista Recheio/98 – 2ª Série, de 10 milhões de obrigações ao valor nominal de 1.000\$, que após conversão para o euro, passaram a 4.987.978.970 obrigações com valor nominal de 0,01 euro.
- Empréstimo obrigacionista não convertível a 31 de Dezembro de 2003:

Emissão em Agosto de 1998, de 20 milhões de obrigações Recheio, SGPS, SA, ao valor nominal de 1.000\$, que após conversão passaram a 9.975.957.941 obrigações com valor nominal de 0,01 euro.
A maturidade destas obrigações é em Agosto de 2005, e a taxa de juro é variável.

26.4 Responsabilidades com locação financeira

	2003	2002
Pagamentos até 1 ano	3.795	4.018
Pagamentos entre 1 e 5 anos	5.928	4.315
Pagamentos a mais de 5 anos	738	-
	10.461	8.333
Pagamento de juros futuros	(855)	(655)
Valor presente das responsabilidades	9.606	7.678

27 Provisões

	Saldo em 01/01/2003	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Diferença cambial	Alienações/ aq.subsid.	Saldo em 31/12/2003
Devedores duvidosos	35.324	38	(2.474)	(1.972)	-	30.916
Existências	4.365	11	(231)	(333)	(1.088)	2.724
Investimentos financeiros	-	5.525	-	-	-	5.525
Outros riscos e encargos	8.256	1.425	(4.989)	(803)	-	3.889
Total	47.945	6.999	(7.694)	(3.108)	(1.088)	43.054

A provisão para riscos e encargos inclui essencialmente valores provisionados para processos de contencioso.

28 Credores e acréscimos e diferimentos

	2003	2002
Outros credores comerciais	300.500	356.343
Outros credores não comerciais	6.203	18.610
Acréscimos de custos	16.070	18.226
Proveitos diferidos	762	10.193
	323.535	403.372

A rubrica de "acréscimos de custos" é composta essencialmente pelo montante de remunerações a liquidar ao pessoal de M EUR 5.784, juros a pagar no valor de M EUR 922, *rappel* a pagar a clientes no valor de M EUR 1.401 e publicidade no valor de M EUR 503. Os restantes M EUR 7.459 correspondem a diversos custos ((utilities, seguros, consultores, rendas, fees etc.), relativos ao exercício de 2003, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

29 Instrumentos financeiros

29.1 Risco de taxa de câmbio

A exposição do Grupo a risco de taxa de câmbio resulta actualmente quase exclusivamente do investimento na Polónia. Para além deste, apenas algumas transacções decorrentes de importações de mercadorias originam exposição cambial.

29.2 Cobertura de investimentos em empresas subsidiárias no estrangeiro

Investimento na Polónia

Durante o ano de 2002, estruturou-se um novo programa de cobertura cambial, para um montante de 100.000.000 Euros, equivalente a 398.500.000 PLN. Sobre parte desse montante, 85%, há lugar a pagamentos de taxa variável em Zloty acrescida de spread (12.5 p.b.), por troca com recebimentos de taxa variável em Euros. Nesta tranche o câmbio de referência é de 3,9850. As variações no justo valor são registadas em reservas cambiais, no capital próprio.

Nos restantes 15%, o Recheio (sociedade que contratou o programa) fica a pagar taxa variável em Zloty deduzida de spread (20 p.b.), e a receber taxa variável em Euros. Nesta tranche, o Recheio tem hipótese de acumular o montante em Zloty à taxa de 3,8275, dependente da frequência com que o câmbio EUR-PLN se fixar dentro do intervalo 3,50-4,32. As variações no justo valor são registadas em resultados na medida em que este instrumento não qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura.

Durante 2003, foi decidido proceder a algumas correcções destas operações. Por um lado, o risco associado a posições em taxa variável polaca subiu. Como tal, foram contratadas opções (*caps* e *floors*) sobre 43.33% do montante total coberto para acautelar possíveis subidas nas taxas de juro, num máximo até 8.50%. Na tranche de 15% foram necessários alguns ajustes, por forma a tentar adequar a banda de acumulação aos níveis correntes do EUR/PLN. Resumidamente, procedeu-se a um incremento da barreira superior de acumulação até 4,85, por contrapartida de um aumento do *spread* a pagar semestralmente, o qual passou de -20,0 para +38,0 p.b., diluindo assim ao longo da vida do *swap* os custos inerentes à reestruturação (maturidade em Novembro de 2007).

No final do ano o valor de mercado combinado destes *swaps* era de M EUR 11.266, a favor do Grupo. Este valor inclui por uma componente negativa de juros de M EUR 323 e por uma positiva de diferença de conversão cambial de M EUR 11.589.

29.3 Justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura

Valor registado em reservas:

Ao empréstimo obrigacionista que venceu em 2003, estava associado um instrumento financeiro de cobertura de risco de taxa de juro cujo reflexo líquido de imposto diferido e de interesses minoritários em **reservas** em 2002 era o seguinte:

	2003	2002
Swaps de taxa de juro	-	(426)
Valor registado em reservas	<u>-</u>	<u>(426)</u>

Valor registado em **resultados** (líquidos de impostos diferidos e interesses minoritários):

	2003	2002
Swaps de taxa de câmbio	(268)	-
	<u>(268)</u>	<u>-</u>
Impostos Diferidos	74	-
Valor registado em resultados:	<u>(194)</u>	<u>-</u>

O valor registado em **reservas cambiais** referente à cobertura do investimento na Polónia é de MEUR 8.580 (líquidos de impostos diferidos).

30 Garantias

As garantias existentes são as seguintes:

Garantias prestadas à EDP	119
Garantias prestadas a fornecedores	209
Garantias a favor da D.G.C.I.	4.513
Outras garantias prestadas	778

31 Locação operacional

O Grupo mantém como responsabilidades de médio e longo prazo alguns contratos, com cláusula de penalização em caso de cancelamento.

As responsabilidades assumidas são as seguintes:

	2003	2002
Pagamentos até 1 ano	26.556	29.157
Pagamentos entre 1 e 5 anos	79.588	100.112
Pagamentos a mais de 5 anos	29.260	38.575
	<u>135.404</u>	<u>167.844</u>

Estes valores, na sua grande maioria, respeitam a contratos de arrendamento de lojas e armazéns, sendo a durabilidade inicial desses contratos entre os 5 e os 20 anos, com opção de os renegociar após esse período. Os pagamentos são actualizados anualmente, reflectindo valores da inflação e/ou de mercado.

Durante o ano foram reconhecidos em custos com rendas e alugueres o valor de M EUR 34.282 respeitantes a contratos de locação operacional. Esses valores em 2002 ascendiam a M EUR 42.183.

32 Contingências

Encontra-se reflectido nas demonstrações financeiras em devedores não correntes (Nota 18) o montante de M EUR 7.800, relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária. Em 2003 foram liquidados M EUR 120 e o restante em 2002 ao abrigo do processo de regularização excepcional de dívidas fiscais (conforme nota 30 do anexo às contas de 2002).

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende que lhe assiste inteira razão e mantém as reclamações que apresentou contra essas liquidações, não prescindindo do seu legítimo direito de contestação das mesmas e expectativa de recuperação integral.

Neste contexto, foi solicitado de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

Seguindo o princípio da prudência, o Grupo não está a reconhecer o valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

A Administração fiscal reclama da Recheio, SGPS, SA o montante de M EUR 1.753 relativo a liquidações oficiosas de IVA, que têm como fundamento a utilização do método de dedução do IVA da afectação real. A Administração da Recheio, com o apoio dos seus consultores fiscais, considera que lhe assiste inteira razão nesta matéria, tendo já contestado as liquidações, pelo que não foram constituídas quaisquer provisões.

33 Partes relacionadas

33.1 Transacções com administradores e directores

Os administradores da Recheio, SGPS, S.A., não auferem qualquer remuneração pelo desempenho da função.

34 Empresas do Grupo

O controlo do Grupo é assegurado pela empresa-mãe, Recheio, SGPS, S.A..

Nos quadros apresentados a seguir, incluem-se as empresas que fazem parte do Grupo Recheio. Estes quadros foram organizados de acordo com o método de consolidação aplicado e, no caso de exclusão, divulgam os motivos aplicáveis.

a) Método integral

Companhia	Actividade	Sede	% Capital Detido
Recheio, SGPS,S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e retalho	Lisboa	
Recheio-Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Porto	100,00
Noredis - Sociedade de Representações e Distribuição do Norte, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
PSQ-Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda	Prestação de serviços nas áreas económica e financeira e gestão de investimentos	Funchal	89,00
Beleggingsmaatschappij Tand B.V.	Sociedade de serviços financeiros	Rotterdam (Holanda)	100,00
Jerónimo Martins Dystrybucja Sp. zo.o	Comércio a retalho e por grosso de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Tip Marken - Discount Handelsgesellschaft mbh	Gestão de participações sociais	Sarstedt (Alemanha)	100,00
PITT Sp. zo.o	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Sklepy Spozywece Sp. Zo.o.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Twoje Sklepy Spozywece Sp. Zo.o	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00

b) Método proporcional

Companhia	Actividade	Sede	% Capital Detido
Funchalgest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	50,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	50,00
Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	50,00
Idole - Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	50,00
Lidininvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	50,00

c) Empresa alienada em 2003, cujos resultados contribuíram para o resultado consolidado do Grupo

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
Eurocash Sp. Zo.o. (ex. JM Polska Sp. Zo.o)	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00

d) Empresas dissolvidas e liquidadas em 2003, cujos resultados contribuíram para o resultado consolidado do Grupo

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
A. Soares Mendes, Lda	Comércio por grosso de produtos alimentares	Amarante	100,00
J.P.S. - Gestão de Imóveis, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Braga	100,00
Bivol-Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Lidogest - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	75,50

35 Interesses em empreendimentos conjuntos

O Grupo detém interesses nos seguintes empreendimentos conjuntos:

- Funchalgest – Este Grupo tem como objecto actividades de comércio de retalho e de cash & carry, sendo proprietária de uma cadeia de 13 lojas e um cash & carry na região autónoma da ilha da Madeira. O Grupo JMR detém uma participação de 50% do Grupo Funchalgest.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os seguintes montantes relativos aos activos e passivos apropriados como resultado da sua participação no empreendimento conjunto acima referido, consolidados pelo método proporcional:

	2003	2002
Activos	31.340	31.852
Passivos	(26.715)	(28.246)
 Proveitos e ganhos	 51.824	 53.178
Custos e perdas	(51.572)	(51.963)

Em 2003, foi liquidada a empresa Lidogest – Gestão de Espaços Comerciais, S.A..

36 Eventos subsequentes à data do balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

37 Reconciliação para os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

As diferenças entre os princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo e os princípios geralmente aceites em Portugal são os seguintes:

- O Grupo contabiliza em resultados do exercício as reavaliações de activos detidos para venda (IAS 40), quando de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, as reavaliações são registadas por contrapartida de reservas no capital próprio;
- O Grupo detém instrumentos financeiros, nomeadamente *swaps* para fixação de taxa de cambio (Nota 2.6 e 29.3) que reconhece nas suas demonstrações financeiras pelo seu justo valor, de acordo com o IAS 39. Os princípios aceites em Portugal são omissos nesta matéria;

A informação abaixo apresentada, corresponde ao efeito que resultaria nas principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, caso não tivessem sido derogados os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Balanco em 31 de Dezembro de 2003			
	Demonstrações Financeiras Consolidadas	Ajustamentos resultantes em derrogações ao POC	Dem. de acordo com princípios geralmente aceites em Portugal
ACTIVO			
Imobilizações incorpóreas	225.560		225.560
Imobilizações corpóreas	233.082		233.082
Investimentos financeiros	27.573		27.573
Existências	89.147		89.147
Dívidas de terceiros – médio e longo prazo	7.800		7.800
Dívidas de terceiros – curto prazo	47.674		47.674
Depósitos bancários e caixa	63.188		63.188
Acréscimos e diferimentos	76.156	(465)	75.691
Total do activo	770.180	(465)	769.715
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	150.000		150.000
Reservas e resultados transitados	(19.645)	751	(18.894)
Resultado líquido do exercício	8.951	477	9.428
Total do capital próprio	139.306	1.228	140.534
Interesses minoritários	1.239	-	1.239
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos	3.889		3.889
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	244.402	(1.036)	243.366
Dívidas a terceiros – curto prazo	352.090		352.090
Acréscimos e diferimentos	29.254	(657)	28.597
Total do passivo	629.635	(1.693)	627.942
Total do capital próprio, int. min. e passivo	770.180	(465)	769.715
Balanco em 31 de Dezembro de 2002			
	Demonstrações Financeiras Consolidadas	Ajustamentos resultantes em derrogações ao POC	Dem. de acordo com princípios geralmente aceites em Portugal
ACTIVO			
Imobilizações incorpóreas	269.366	-	269.366
Imobilizações corpóreas	287.955	-	287.955
Investimentos financeiros	490	-	490
Existências	126.227	-	126.227
Dívidas de terceiros – médio e longo prazo	7.680	-	7.680
Dívidas de terceiros – curto prazo	46.474	-	46.474
Depósitos bancários e caixa	54.224	-	54.224
Acréscimos e diferimentos	98.674	(5.565)	93.109
Total do activo	891.090	(5.565)	885.525
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	150.000		150.000
Reservas e resultados transitados	9.771	672	10.443
Resultado líquido do exercício	(57.129)	(5.810)	(62.939)
Total do capital próprio	102.642	(5.138)	97.504
Interesses minoritários	1.485	-	1.485
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos	8.256	-	8.256
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	253.968	-	253.968
Dívidas a terceiros - curto prazo	486.222	-	486.222
Acréscimos e diferimentos	38.517	(427)	38.090
Total do passivo	786.963	(427)	786.536
Total do capital próprio, Int. Min. e passivo	891.090	(5.565)	885.525

38 Informação sobre matérias ambientais

Os dispêndios de carácter ambiental que se destinam a ser utilizados de forma durável na actividade do Grupo com vista a evitar ou reduzir danos futuros ou a preservar recursos, e proporcionem benefícios económicos futuros são capitalizados, quando tal não se verifica os mesmos são reconhecidos como custos do exercício em que ocorrem.

Não foram obtidos incentivos públicos relacionados directamente com protecção ambiental, e que se enquadrem no conceito de dispêndio de carácter ambiental.

Não é do conhecimento do Grupo a existência de qualquer passivo contingente ou de qualquer obrigação presente proveniente de acontecimentos passados relativo a matérias ambientais, pelo que não se encontram registadas quaisquer provisões de carácter ambiental, nem existem passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos no balanço.

Dispêndios de carácter ambiental			2003
ÁGUA	Os custos incorridos pelo Grupo no domínio da água, são relativos à monitorização da qualidade através de análises frequentes.	<u>Custos incorridos no exercício:</u> Trabalhos especializados prestados por terceiros	13
EFLUENTES LÍQUIDOS	Os custos incorridos pelo Grupo neste domínio são relativos remoção de efluentes.	<u>Custos incorridos no exercício:</u> Trabalhos especializados prestados por terceiros	22
ENERGIA	Os investimentos efectuados pelas companhias da Distribuição, centraram-se na instalação de equipamentos de gestão e redução de consumos de energia e gestão de frio.	<u>Investimentos Capitalizados:</u> Valor Bruto Amortizações Acumuladas <u>Custos incorridos no exercício:</u> Amortizações do Exercício Manutenção	57 (6) 6 15
RESÍDUOS	Os custos incorridos neste domínio prendem-se essencialmente com a recolha dos resíduos para valorização.	<u>Custos incorridos no exercício:</u> Trabalhos especializados prestados por terceiros Taxas	351 68
RUÍDO	Ao nível do ruído foram os custos incorridos relacionam-se com isolamento acústico.	<u>Custos incorridos no exercício:</u> Amortizações do Exercício	4

Lisboa, 5 de Março de 2004

Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas de Recheio, SGPS, SA., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 770.180 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 1.239 milhares de euros e um total de capital próprio de 139.306 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8.951 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Recheio, SGPS, SA.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Recheio, SGPS, SA. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados para ficarem em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, conforme referido na nota 2.1, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 5 de Março de 2004

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Recheio, SGPS, SA. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

Recheio, SGPS, SA.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 5 de Março de 2004

O Fiscal Único

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.